

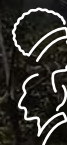
CADERNO DA BAIXADA Vol. 2 FLUMINENSE

Textos

Adriana Maria Ribeiro
Augusto Perillo
Carla Lubanco
Ewerson Cláudio de Azevedo
Gabriel Souza Alves
Juliana Drumond
Lalih Branco
Leci Carvalho
Macedo Griot
Marta da Silva Batista
Sandra R. Souza
William Neto

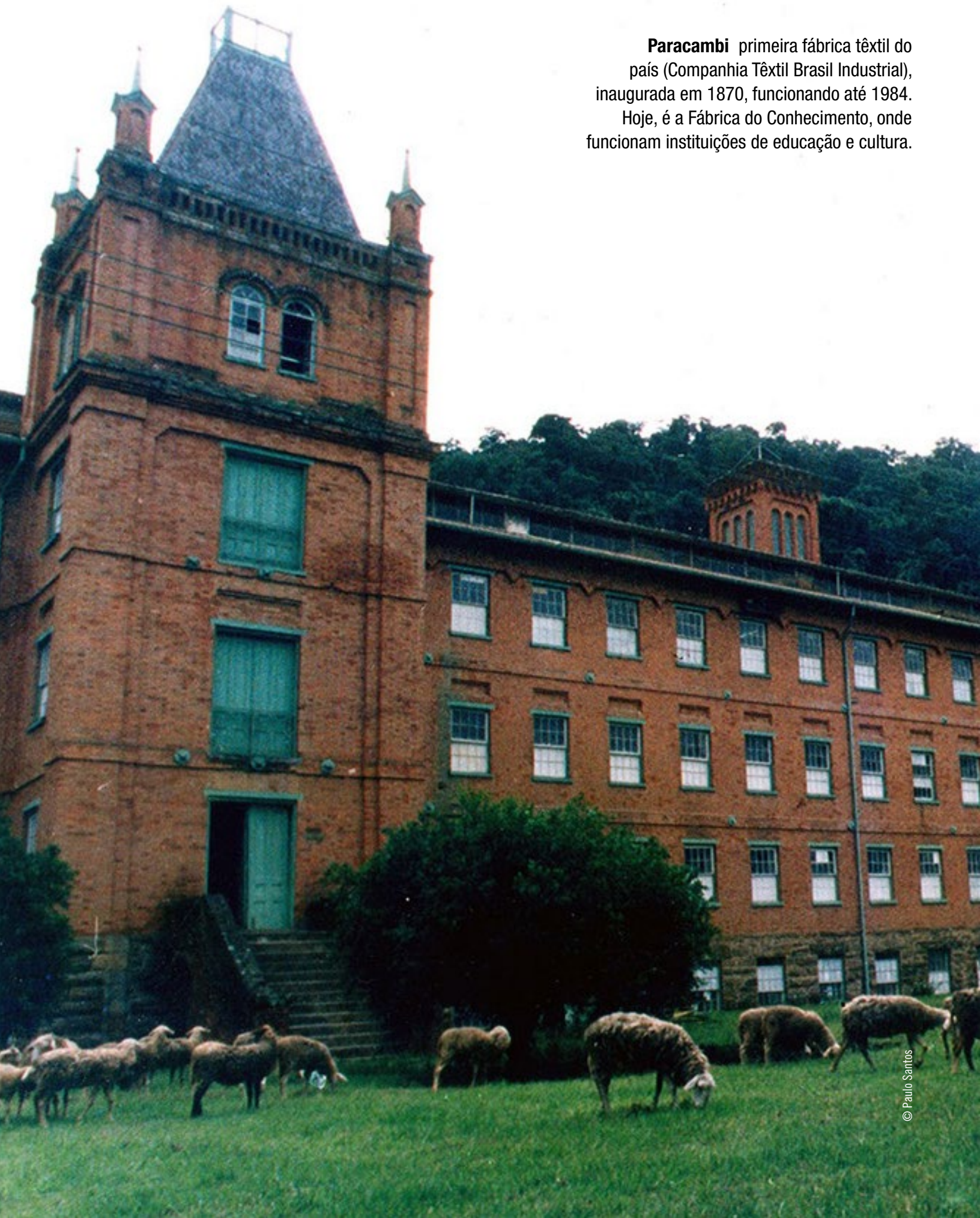
Organização

Ewerson Cláudio de Azevedo



FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO
PSOL

Paracambi primeira fábrica têxtil do país (Companhia Têxtil Brasil Industrial), inaugurada em 1870, funcionando até 1984. Hoje, é a Fábrica do Conhecimento, onde funcionam instituições de educação e cultura.



**Fundação Lauro Campos
e Marielle Franco**
Novembro de 2025

Presidente
Luciana Krebs Genro

Vice-presidente
Ana Paula Silva da Rocha

Diretor Administrativo-financeiro
Stenio Matheus de Moraes Lima

Diretora de Comunicação
Mariana Costa Riscali

Diretor de Relações Públicas e Institucionais
Daniel Moraes Angelim

Diretor de Estudos, Pesquisa e Formação
Francisco Josué Medeiros de Freitas

Diretor de Acervo Memorial e Bibliográfico
Henrique Iglecio Fernandes

Diretor de Relações Internacionais
Guilherme Prado Almeida de Souza

Conselho Curatorial da FLCMF
Titulares: Edson Miagusko, Agatha Cristie
Silva, Alexandre Varela, Beatriz Tenore
Blanco, Bia Borges Ferraro, Fábio Nogueira
De Oliveira, José Luis De Sampaio Torres
Fevereiro, Maria Clara Melo Rodrigues, Maria
Gracionice Barbosa Gonçalves, Miguel Tadeu
De Carvalho, Francisvaldo Mendes De Souza,
Israel Pinto Dornelles Dutra, Marcus William
Ronny Kolbrunner, Zaira Valeska Dantas Da
Fonseca, Zeneide Nazare Lima Dos Santos
Suplentes: Carolyne De Souza Sobrinho,
Gabriela Silva Gomes, Jose Carlos Miranda,
Júlio César Araújo Das Neves, Mena
Bianca Ferreira Paiva, Joyce Godinho Da
Silva Martins, Kleber Rosa De Souza

Conselho Fiscal da FLCMF
Titulares: Etienne Bento dos Santos, Franklin
Douglas Ferreira, Marília Freire da Silva,
Leandro Fontes Coutinho,
Ricardo Azevedo Néspoli.
Suplentes: Alessandra Luz Zilli, Lilian dos Santos
Oliveira, Maria do Perpétuo Socorro Ferreira

**Caderno da Baixada
Fluminense**

Organização
Ewerson Cláudio de Azevedo

Autorias
Adriana Maria Ribeiro
Augusto Perillo
Carla Lubanco
Ewerson Cláudio de Azevedo
Gabriel Souza Alves
Juliana Drumond
Lalih Branco
Leci Carvalho
Marta da Silva Batista
Sandra R. Souza

Projeto Gráfico e Direção de Arte
Cesar Habert Paciornik

Coordenação e Supervisão
Mariana Costa Riscali
Daniel Angelim

Diagramação
WHIZZ e HPDesign

Revisão
Carolina Peters

Foto da capa
Breguelé

CADERNO DA BAIXADA FLUMINENSE

Volume 2

ÍNDICE

Guardiães do Axé: a força matriarcal que sustenta a fé e a vida no Candomblé • Sandra R. Souza	06
Desaparecimentos forçados enquanto expressão das disputas territoriais • Augusto Perillo	10
Feminismo negro e urbanismo: perspectivas comuns • Marta da Silva Batista	14
Duque de Caxias: a esquina de grandes negócios • Gabriel Souza Alves	18
Pela revolução, ele foi ao Éden! A trajetória militante de João Pedro de Souza Neto • Adriana Maria Ribeiro	22
Assim se passaram aqueles anos • Ewerson Cláudio de Azevedo	26
São João do Meriti: desenvolvimento social • Juliana Drumond	30
Geografias da resistência climática em Magé (RJ) • Carla Lubanco em conjunto com Anderson Ribeiro, Andressa Dutra, Lyvia Leite e William Jefferson	34
A Educação Popular e os cursos pré-vestibulares populares • Leci Carvalho	40
A Cultura urbana e a juventude no debate político • Lalih Branco	42
Memória Viva no Cineclube Mate com Angu: uma sessão sobre passado, presente e pertencimento • William Neto	44
O canto do rei Baltazar na Baixada Fluminense – “O patrimonializar” • Macedo Griot	46

Caderno da Baixada Fluminense : vol. 2 /
organização Ewerson Cláudio de Azevedo. --
2. ed. -- Mesquita, RJ : Fundação Lauro Campos,
2025. -- (Caderno da Baixada ; 2)

Vários autores.
ISBN 978-85-61475-08-6

1. Baixada Fluminense (RJ) 2. Ciências políticas
3. Cultura - Rio de Janeiro (RJ) 4. População -
Aspectos sociais 5. Sociologia urbana - Baixada
Fluminense (RJ) I. Azevedo, Ewerson Cláudio de.
II. Série.

APRESENTAÇÃO

A melhor forma de demonstrar a importância da primeira edição do Caderno da Baixada (maio de 2024) é a concretização da sua continuidade. Aqui está o “Volume 2”, dando sequência à reflexão sobre uma das regiões mais importantes do país, com suas riquezas, mazelas e complexidades.

Se na estreia os temas trataram mais da formação histórica e social do território, nesta edição os artigos versam sobre aspectos da atualidade que abrangem características, problemas, lutas e perspectivas. Questões que desafiam a militância dos mais diversos setores na busca de soluções, tanto específicas quanto estruturais, para a região.

Trazemos também uma “seção memória”, remontando a episódios da militância de esquerda e de movimentos sociais nas últimas décadas do século XX, buscando pontes entre o passado recente e o presente.

Como no primeiro número, esta edição contém artigos e trechos de trabalhos (acadêmicos ou não) já produzidos, e também novas formulações, indicando parte da vasta elaboração militante existente sobre e a partir da própria Baixada Fluminense, cumprindo assim o objetivo da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco – vinculada ao PSOL - de fornecer subsídios para que a militância, de forma crítica e aberta, possa enfrentar os debates que ocorrem na sociedade e assim ampliar o alcance das ideias e propostas para a transformação social do país, rumo à construção do socialismo.

Viva a Baixada Fluminense!



GUARDIÃS DO AXÉ: A FORÇA MATRIARCAL QUE SUSTENTA A FÉ E A VIDA NO CANDOMBLÉ

Sandra R. Souza



No coração pulsante da Baixada Fluminense, um terreiro liderado por mulheres revela como a sabedoria ancestral africana se transformou em uma poderosa ferramenta de comunidade, resistência e cuidado. Esta é a história de como a fé, encarnada em mães de santo, se torna um motor para a transformação social.

A poeira sobe das ruas de Miguel Couto, um dos maiores e mais antigos bairros de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Em meio ao vaivém do comércio, ao som dos ônibus e ao burburinho de seus quase 70 mil moradores, há espaços onde o tempo parece correr em um ritmo diferente. São lugares de silêncio, de canto e de tambor. Um desses oásis espirituais é o Ilê Asê Iyá Nassô Oká – Ilê Osùn, um terreiro de Candomblé que, desde sua fundação em 1972, se ergue como um farol de fé e um centro de poder matriarcal.

Aqui, a palavra “matriarcado” transcende o dicionário. Ela ganha corpo, voz e ação na figura das iyalorixás, as mães de santo, que não apenas lideram rituais, mas orquestram a vida, curam feridas da alma e do corpo, e sustentam uma complexa rede de afeto e proteção. A história

desse axé, fundado pela lendária Iyá Nitinha de Osùn e hoje conduzido por sua sucessora, Iyá Débora, é um microcosmo da jornada do povo negro no Brasil: uma saga de resiliência, de luta contra o apagamento e de afirmação da vida através da espiritualidade. Compreender esse espaço é entender como as mulheres se tornaram as guardiãs da memória, os pilares da comunidade e as verdadeiras agentes de transformação social, especialmente em um país atravessado pelo racismo e pela intolerância religiosa.

Raízes Profundas: uma herança de luta e sobrevivência

Para entender a força que emana do Ilê Osùn, é preciso mergulhar nas águas profundas da história. O Candomblé não é uma religião que simplesmente nasceu no Brasil; ele foi forjado no fogo da escravidão. Trazidos à força de diferentes partes da África, principalmente dos povos Iorubá, Fon e Bantu, milhões de homens e mulheres foram despojados de tudo, menos de sua memória e de sua fé. Em solo brasileiro, em meio a uma violência brutal, eles recriaram seus universos espirituais. Os Orixás, Inquices e Voduns – divindades que representam as forças da natureza

e os arquétipos do comportamento humano – viajaram com eles nos porões dos navios negreiros e se tornaram o alicerce para a reconstrução de suas identidades.

A fundação dos primeiros terreiros, por volta do início do século XIX, foi um ato de coragem e astúcia. Em cidades como Salvador, a capital do Candomblé, mulheres africanas e suas descendentes, muitas delas trabalhando como “escravas de ganho” (vendendo comidas e serviços nas ruas), juntavam suas economias para comprar a liberdade de suas irmãs e para adquirir os terrenos onde os templos seriam erguidos. Assim nasceu a primeira e mais importante casa da nação nagô, o Ilê Axé Iyá Nassô Oká, o Terreiro da Casa Branca, fundado por Iyá Nassô e outras sacerdotisas há mais de 200 anos. Localizado inicialmente na Barroquinha, área urbana de Salvador, foi levado em meados do século XIX ao Caminho do Rio Vermelho, hoje Avenida Vasco da Gama, no Engenho Velho. O Ilê Axé Iyá Nassô Oká era naquele momento um território sagrado e autônomo, um pedaço da África recriado no Brasil.

Contudo, essa afirmação cultural era vista como uma ameaça. A elite branca e a Igreja Católica viam nas práticas africanas a personificação

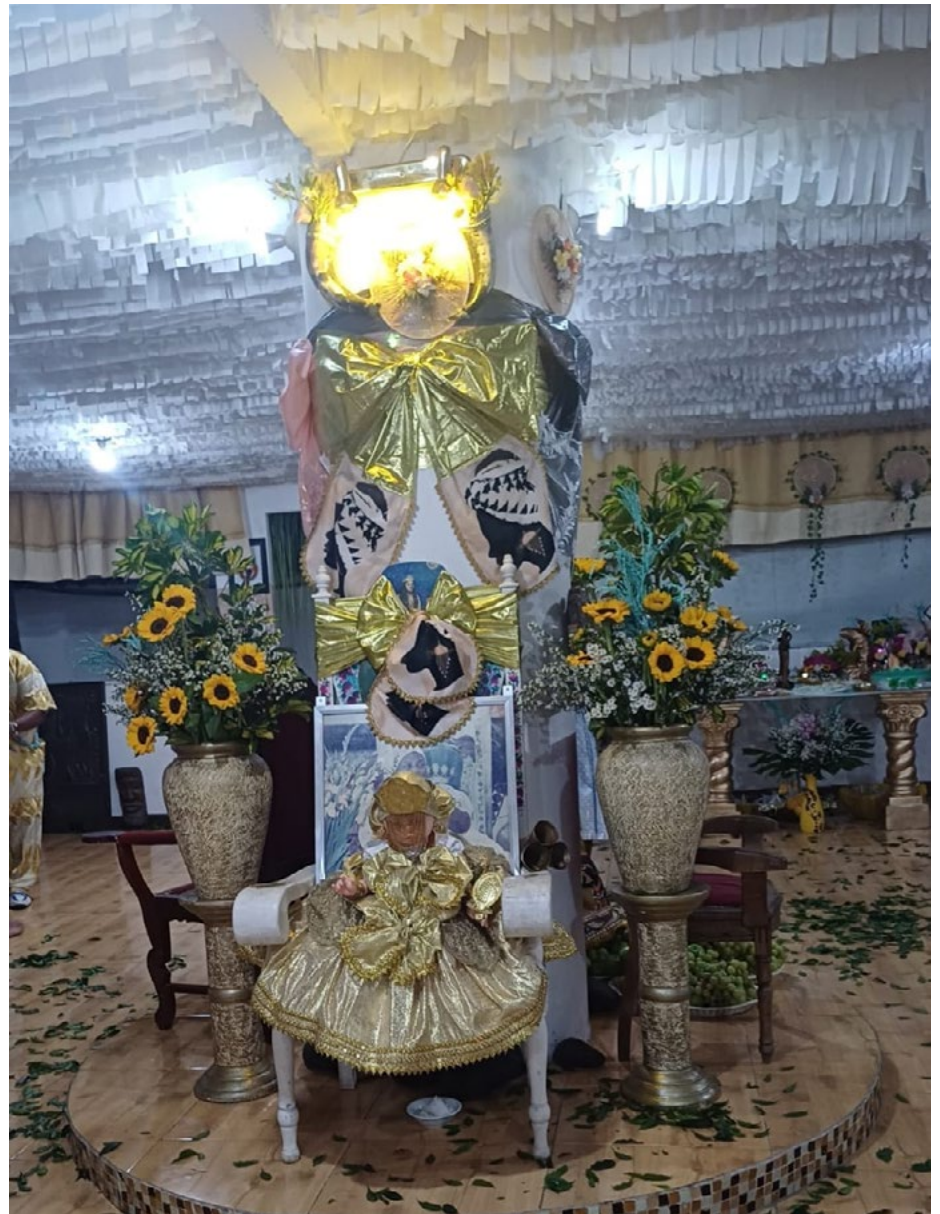
da “barbárie” e da “feitiçaria”. A perseguição foi implacável e oficial. O Código Penal de 1890, logo após a abolição formal da escravidão, criminalizava explicitamente o “curandeirismo” e a “magia”, termos usados para perseguir pais e mães de santo. Invasões policiais a terreiros eram comuns, com a destruição de altares e a apreensão de objetos sagrados – muitos dos quais, infelizmente, até hoje se encontram em museus policiais como troféus de uma guerra cultural.

Nesse cenário de terror, as mulheres emergiram não apenas como líderes, mas como a espinha dorsal da resistência. Enquanto a sociedade patriarcal lá fora as colocava em posição de subalternidade, dentro dos terreiros elas eram a autoridade máxima. Elas aprenderam a disfarçar seus rituais, associando seus Orixás a santos católicos (o famoso sincretismo, que foi mais uma estratégia de sobrevivência do que uma fusão ingênua) e a negociar com as autoridades, garantindo a continuidade de sua fé. Como destaca o pensador Nêgo Bispo, essa liderança feminina é uma sofisticada “tecnologia de poder ancestral”, uma sabedoria de organização social que garante a proteção e a reprodução da cultura e da vida em contextos de morte.

O poder da iyalorixá é multifacetado. Ela não é apenas uma sacerdotisa que comanda cerimônias. Em seu corpo e em suas ações, ela concentra múltiplos papéis que, na sociedade externa, são desempenhados por diferentes profissionais.

Ela é uma líder espiritual, a principal mediadora entre o mundo dos humanos (aiyé) e o mundo sagrado dos Orixás (orun). É ela quem consulta os búzios, o oráculo sagrado, para orientar os caminhos de seus filhos e de sua comunidade. É ela quem conhece os complexos rituais de iniciação, as folhas sagradas para os banhos e curas, e os cânticos que invocam as divindades.

É também uma gestora e administradora. Um terreiro é uma organi-



zação complexa, com um calendário anual de festas, obrigações e rituais que exigem planejamento e recursos. A mãe de santo gerencia as finanças, organiza os mutirões para a manutenção do espaço físico e delega as inúmeras tarefas que garantem o bom funcionamento da casa. Acima de tudo, ela é a grande mãe simbólica. O termo “mãe de santo” não é uma formalidade. O terreiro funciona como uma grande família extensa, onde os laços de parentesco espiritual são tão ou mais fortes que os de sangue. A iyalorixá é a conselheira, a psicóloga, a que ouve as dores e as alegrias de seus filhos de santo,

media conflitos familiares e oferece um ombro amigo e uma palavra de sabedoria. Para muitos, que encontram na sociedade portas fechadas, o terreiro é a única referência de acolhimento e pertencimento.

Sua figura representa um modelo de poder radicalmente diferente do patriarcal. Enquanto este se baseia na competição, na hierarquia rígida e na dominação, o matriarcado do Candomblé, como aponta a pesquisadora Kaká Portilho, se estrutura a partir do cuidado, da reciprocidade e da responsabilidade coletiva com o axé – a energia vital que permeia tudo e todos. É um poder que gera e sustenta a vida.

Iyá Nitinha: a guerreira que plantou um império de fé em Miguel Couto

A história do Ilê Osùn em Miguel Couto é a personificação dessa força matriarcal. Sua fundadora, Areonithe da Conceição Chagas, ou simplesmente Iyá Nitinha de Osùn, é uma figura quase mítica. Nascida em 1928 na Bahia, o berço do Candomblé, foi iniciada para a Orixá Oxum aos quatro anos de idade no seio da Casa Branca do Engenho Velho. Ela bebeu da fonte mais pura da tradição. Sua jornada a levou à Baixada Fluminense, uma região historicamente marcada pelo descaso do poder público, mas também por uma efervescência cultural popular extraordinária. Ali, ela não chegou com dinheiro ou posses. Chegou com sua fé, seu conhecimento e sua determinação. O depoimento de Iyá Débora, sua neta carnal e herdeira de santo, pinta um quadro vívido dessa saga: “Uma criatura pequeninha, de um metro e alguma coisa, chegou aqui praticamente sem eira nem beira. A única coisa que ela tinha eram 16 búzios e a coragem. E guerreira que ela foi de trazer outras pessoas

pra cá também. E aí quando vê hoje pode-se dizer que, se comparado com o que foi cinquenta anos atrás, ela construiu um império, pra quem não tinha nada. É isso que dá a força de continuar, porque, assim, a gente diz que uma casa tem um axé plantado e o axé dela foi muito bem plantado”.

Esse “império” não é feito de tijolos e dinheiro, mas de vidas transformadas. Iyá Nitinha era a personificação da mãe arquetípica: amorosa, mas firme. Júlio Chagas, filho carnal e um de seus ogãs (posição masculina de grande importância no culto), recorda com emoção: “Com apenas um olhar ela já sabia se estava tudo bem ou não. Carinhosa, mas também rigorosa, a gente tinha que cumprir as tarefas de casa, ter boas notas na escola, e ainda ser responsável com as coisas do sagrado. Hoje, mesmo após dezesseis anos de seu falecimento, ainda sinto bastante saudade dos carinhos, dos conselhos, dos puxões de orelhas. Iyá Nitinha era uma mulher guerreira, me ensinou a ser homem de bom caráter, a amar o sagrado de uma maneira muito especial, um misto de fé, amor e dedicação.” Hoje, esse legado está nas mãos de Iyá

Débora, sua sucessora, que enfrenta os desafios de liderar uma comunidade religiosa no século XXI, navegando entre a necessidade de preservar a tradição e o diálogo com as novas gerações, tudo isso sob a sombra crescente do racismo religioso.

Vozes do Axé: “O Candomblé é tudo o que eu sou”

Para entender o impacto real de um terreiro, é preciso ouvir as vozes que ecoam de seu chão sagrado. Os relatos dos membros do Ilê Osùn revelam que o Candomblé é muito mais que uma religião: é uma filosofia de vida, uma fonte de identidade e um espaço de cura. “O candomblé hoje é tudo que eu sou. Eu comecei desde os quatro anos, tô aqui até hoje, e pretendo continuar até os últimos dias da minha vida”, diz o Babakekerê Roberto Barreto, com a serenidade de quem encontrou seu lugar no mundo. “Aqui eu aprendi tudo, aprendi a ser o que eu sou hoje, um homem. Tenho minha filha, minha família, e tudo isso graças ao Candomblé.” Essa percepção do terreiro como um eixo central



Família Ilê Osùn – Odun de Iyá Débora - 2023



Iyá Nitinha

da existência é uma constante. Stefanie Barreto, ekede de Osùn (posição feminina de auxílio à mãe de santo), descreve essa relação de forma visceral: “O terreiro é o ponto central da minha vida. Se eu estiver triste, é pra lá que eu vou pra conversar; se estiver feliz, é lá que eu vou agradecer; se estiver doente, é lá que eu vou procurar ajuda. É o ponto, ali é tudo. E a interferência da Iyá na minha vida é tudo.” Em uma sociedade que historicamente inferiorizou a cultura e a estética negra, o terreiro se torna um espaço de empoderamento e afirmação. Bryan Bley, um ogã da casa, verbaliza essa conexão profunda com a ancestralidade: “[...] o Candomblé ele realmente te renova, sabe? Você aprende a ver o mundo de um jeito totalmente diferente, principalmente para a gente que é preto, que a gente sabe que estamos cultuando os nossos ancestrais. Então, assim, é maravilhoso.” Esse sentimento de pertencimento a uma grande família espiritual é o que transforma o terreiro em uma fortaleza contra a solidão e a hostilidade do mundo. “Nós somos todos irmãos, família”, resume Lívia Privat. “Pra mim, isso é filosofia de vida, sabe? Candomblé é respeitar a energia, a natureza. Eu sou imensamente feliz por ter sido escolhida, conseguir compreender, aceitar e ser dessa religião.”

Um legado vivo de futuro e transformação

As histórias que florescem no chão do Ilê Asê Iyá Nassô Oká – Ilê Osùn são um testemunho poderoso de que o matriarcado no Candomblé é uma força viva e pulsante. Não é uma reliquia do passado, mas uma prática contínua de construção de futuro. Em um Brasil que ainda nega a suas populações negras e periféricas o direito à vida digna, à memória e à espiritualidade, cada terreiro liderado por uma mulher negra é um ato político de extraordinária magnitude. Essas iyalorixás, com sua sabedoria, coragem e capacidade de gerar e sustentar a vida coletiva, nos oferecem um vislumbre de outras formas de poder, estruturadas no afeto, na responsabilidade mútua e no respeito profundo pela natureza e pela ancestralidade. Reconhecer, valorizar e proteger essas líderes e suas comunidades não é apenas uma questão de liberdade religiosa. É um ato de justiça histórica e um passo fundamental para a construção de um Brasil que verdadeiramente celebre a pluralidade que o constitui. O legado de Iyá Nitinha, perpetuado por Iyá Débora e vivido por cada membro do Ilê Osùn, nos ensina que as raízes mais sagradas são aquelas que nutrem a comunidade e nos dão força para lutar e

florescer, apesar de tudo. Elas são as guardiãs do axé, e em suas mãos o futuro reverbera com a força do tambor e a sabedoria ancestral.

Referências:

- BISPO, Nêgo. Matriarcado e reexistência: lideranças femininas no Candomblé. São Paulo: Editora Ubu, 2019.
- BRANDÃO, Gersonice Euede Sinha. Euede : A mãe de todos - Terreiro Casa Branca. Orgs.: Alexandre Lyrio e Dadá Jaques. - Salvador: Barabô, 2015.
- BRASIL. Código Penal de 1890. Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1890. Brasília: Imprensa Nacional, 1890.
- NÚÑEZ, Geni. Descolonizando o afeto: experimentações de um amor à moda indígena. Rio de Janeiro: Planeta, 2024.
- JESUS, Marize Conceição. Mulheres de axé na Baixada Fluminense: religião e atuação política; In: Educação e Axé: uma perspectiva intercultural na Educação / Organização: Ana Paula Cerqueira Fernandes, Joanna de Ângelis Roberto, Luiz Fernandes de Oliveira. – 1ª Ed.- RJ: Imperial Novo Milênio Gráfica e Editora Ltda, 2015.
- NOGUEIRA, Regina de Cássia. As Mães de Santo e a Organização Social do Candomblé: A Resistência Feminina e a Sustentação do Axé. São Paulo: Editora Terceira Margem, 2006.
- PEREIRA, Juliana. A Educação e as Práticas Religiosas Afro-brasileiras: Candomblé e a Formação da Identidade. Editora Paulinas, 2016.
- PORTILHO, Kaká. Um matriarcado ameríndio no Brasil; In: Alves, Míriam Cristiane (org.) et al. Matripotência e Mulheres Olúxo: memória ancestral e a enunciação de novos imaginários. – 1. ed. – Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2021.
- RAMOS, Eurico. Revendo o Candomblé: Respostas às mais frequentes perguntas sobre religião. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.
- ROLNIK, Suely. A Identidade, o Corpo e o Candomblé: A Política da Espiritualidade Feminina. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.
- SILVA, Ana Beatriz da. “Coisa de mulher” e “criola”: um estudo sobre aprendizagens decoloniais em ONGs de mulheres negras. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Sandra R. Souza - “Iawô de Oxum no Ilê Asê Iyá Nassô Oká-Ilê Osùn; doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora da Educação Básica da SEEDUC- RJ, Brasil.
Email: saresouza@gmail.com

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS ENQUANTO EXPRESSÃO DAS DISPUTAS TERRITORIAIS



Augusto Perillo

O presente texto é uma reflexão acumulada de décadas, feita a partir de muitos dos que me antecederam, em especial nas Ciências Sociais, na militância pelo território marcado por desigualdades e potencialidades, em que as violências possuem efeitos materiais e simbólicos no ordenamento político, econômico e social de 13 municípios com quase 4 milhões de habitantes. A Baixada Fluminense não é, como a mídia hegemônica formulou pejorativamente, um lugar resumido às violações de direitos humanos, mas essas violações estão, sim, presentes e possuem sentidos, funções, estruturas, atravessamentos e uma série de imbricações já exploradas – e outras a serem descobertas – por interesses privados de grupos específicos.

Ao longo dos últimos anos, junto a um grupo de pesquisadores vinculados à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, coordenado pela Profa. Dra. Nalayne Pinto e o Prof. Dr. José Cláudio Alves, em parceria com o Fórum Grita Baixada, coordenado por Adriano de Araújo, desenvolvemos, via emendas parlamentares (inicialmente com o deputado Marce-

lo Freixo, seguido por Glauber Braga e, recentemente, Pr. Henrique Vieira – todos, à época, do PSOL), uma pesquisa exploratória sobre o desaparecimento forçado de pessoas na Baixada Fluminense. A pesquisa resultou em um livro, denominado Desaparecimento forçado: vidas interrompidas na Baixada Fluminense, em um documentário produzido pela Quiprocó Filmes intitulado Desova, e, ao final de 2025 e início de 2026, mais produções acadêmicas e de incidência política serão realizadas.

Para melhor compreensão do que é desaparecimento forçado, destaca-se que a literatura das Ciências Sociais classifica quatro tipos de desaparecimento: o desaparecimento voluntário, quando uma pessoa com autonomia sobre sua própria vida decide desaparecer do convívio com familiares; o involuntário, quando uma pessoa sem autonomia sobre si desaparece, porém, sem o envolvimento de violência; o administrativo, quando o Estado ou a iniciativa privada some com documentações que comprovam a existência daquela pessoa; o político, quando o indivíduo resolve se autoexilar por perseguição política; e o forçado, quando o

desaparecimento da pessoa está vinculado a atos de violência.

O que chamamos de desaparecimento forçado é, na verdade, um fenômeno que representa um acúmulo de variadas e possíveis violências, como: sequestro, cárcere privado, tortura, homicídio e ocultação de cadáver. Cada uma dessas violências possui tipificação penal; o desaparecimento forçado, não. Ou seja, o crime de desaparecimento forçado não está no Código Penal, embora a Corte Interamericana de Direitos Humanos, vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA), tenha sentenciado o Brasil para que desenvolva políticas voltadas ao enfrentamento desse fenômeno e, ainda assim, praticamente nada tenha sido feito substancialmente.

O que se percebe, portanto, é que o desaparecimento forçado não é constitutivo da Baixada Fluminense, mas um fenômeno que adentra o espaço-tempo. Ao se vincular com os territórios, porém, as suas configurações ganham contornos específicos para contextos específicos. Nesse sentido, alguns resultados da pesquisa apontam que, ao se comparar com a cidade do Rio, a Baixada é um território privilegiado para o desaparecimento de



Capa do livro *Desaparecimento forçado*

peças, em diálogo com sua história de violência, estruturalmente organizado por famílias que se beneficiam do acúmulo social de violência (Misse, 2008) histórico do território e, com isso, aumentam e realizam a manutenção da capilaridade política a partir da violência, influência econômica, expropriação de trabalhadores e acordos políticos. A seguir, se discutirá o contexto histórico com a disputa política e de mercados no território.

Um breve histórico da violência

Para fins de análise, a ditadura empresarial-militar brasileira é um ponto de inflexão para a interpretação da violência na Baixada. Cabe destacar que a atuação da contravenção nos territórios da Baixada Fluminense foi fortalecida pelo regime. Atualmente, a contravenção tem, em suas fundações constituídas, como símbolo de maior incidência, a Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, que tem como patrono o banqueiro da contravenção, Anísio Abrão David. Embora as raízes do jogo do bicho datem do século XIX, quando foi criado pelo Barão de Drummond para entreter e lucrar sobre os frequentadores do jardim zoológico situado em Vila Isabel, é na

ditadura empresarial-militar que, já criminalizado, o controle do “bicho” permite que alguns grupos ganhem força política.

Os principais banqueiros frequentavam a High Society do Rio e usavam de suas influências para comprar juizes, desembargadores, políticos, delegados etc. No fim da ditadura, a contravenção ganha mais aliados: militares que torturavam nos porões do DOPS, sem prestígio social, buscavam emprego nas fileiras repressivas dos contraventores. Com o fim da ditadura, o saldo apresentado também passava pela criação da facção do tráfico autodenominada de Comando Vermelho (CV). Nos anos de 1980, a dissidência do CV criaria o Terceiro Comando (TC), organização que, na década de 2000, produziria uma nova dissidência nomeada de Terceiro Comando Puro (TCP). Ambas as facções, visto que o TC deixou de existir, possuem, atualmente, muita inserção no território da Baixada, tendo maior predominância o Comando Vermelho.

Com o processo de consolidação do neoliberalismo, aponta José Cláudio Alves (2003), um “novo modus operandi” surgiu. Os grupos de extermínio, atuantes no período da ditadura militar, com respaldo do regime, passaram a ter intermediários, muitos oriundos da sociedade civil, que promoviam um crescente mercado de execuções. O que se notava, naquele contexto, e que foi se consolidando ao longo das primeiras décadas dos anos 2000, era uma abertura e expansão desses grupos para outros ramos de atuação como a extração de terra para o mercado de construção civil, aluguel de automóveis para atuação em transportes irregulares, fornecimento de internet ilegal, venda de gás de cozinha etc. – que foi denominado de “milícia” pela jornalista Vera Araújo. As milícias também são o Estado, e o que se percebe através de interlocutores que vivem o território é que muitas das vezes o aparato policial estatal está a serviço dessas milícias,

conforme denunciado por moradores.

Tanto as facções do tráfico supracitadas, os diferentes grupos milicianos, esquadrões da morte e grupos de contravenção convivem no cotidiano da Baixada Fluminense, ora disputando, ora se aliando nas empreitadas por mercados ilegais. Embora, certamente, esses atores não possam ser enquadrados em blocos monolíticos de ilegalismos ou legalismos (Teles; Hirata, 2007), eles transitam entre essas fronteiras. O que se compreende, portanto, é uma dinâmica complexa, de diferentes atores, em disputa por mercados legais e ilegais (grupos de extermínio, agentes do Estado, milicianos, contraventores, grupos armados de venda varejista de tráfico e armas), que utilizam da repressão para a manutenção e expansão de seus interesses, com ramificações que adentram outras dimensões além da econômica, como a da política institucional e do judiciário.

Ao fazer uma breve análise do histórico de muitos dos políticos da Baixada Fluminense eleitos para cargos legislativos e executivos, nas esferas municipal, estadual e federal, o que se percebe é um emaranhado de vasos comunicantes entre grupos ilegais e a estrutura política. O Estado se apresenta cada vez mais como um balcão de negócios de interesses privados, e as eleições, como uma disputa entre esses grupos, que utilizam o dinheiro público, a partir de licitações fraudulentas, indicações fantasmas, contratos superfaturados etc., para a compra de votos.

No trabalho de campo, ou seja, no chão social em que realizo minha pesquisa (que é também onde vivo, visto que sou morador da Baixada Fluminense), o que antes denominávamos “poder público” mostra-se cada vez mais como poder privado de facções criminosas; e a democracia, enquanto um sonho liberal de mecanismo substancial de representação social para a resolução dos problemas que afetam a população, sucumbe à realidade que o velho Marx apontava, ou seja,

“o Estado burguês é um mecanismo de dominação”. No caso da Baixada Fluminense, a classe dominante está amalgamada com o crime.

Portanto, para efetivar tal domínio, instaurado no terror e na gestão do cotidiano, tais grupos recorrem ao desaparecimento forçado de pessoas. No próximo tópico, serão apresentados alguns dados da pesquisa realizada para substanciar a discussão proposta.

Desaparecimento forçado para objetivos políticos, econômicos e sociais

Para desenvolvimento do mapeamento, devido à carência de informações oficiais sobre o fenômeno de desaparecimento forçado de pessoas, necessitou-se produzir metodologias próprias para compreensão do fenômeno em quantidade e qualidade. Para isso, foram monitorados páginas e grupos de Facebook dos municípios da Baixada Fluminense com o objetivo de extrair informações sobre desaparecimento; jornais locais foram analisados e o banco de dados do Instituto de Segurança Pública foi aferido. Também produzimos um acompanhamento das legislações que

tramitam no Congresso Federal sobre a temática, discutimos a legislação nacional e internacional e realizamos um levantamento bibliográfico sobre o que foi produzido nas ciências sociais sobre a temática.

Contudo, o que pretendo apresentar é a discussão realizada a partir da dissecação do banco de dados do Disque Denúncia (DD). Graças a um acordo conjunto com a coordenação do DD, obtivemos acesso ao banco de dados que é construído a partir das denúncias anônimas realizadas por telefone e WhatsApp. As denúncias são registradas no banco de dados com as seguintes classificações, que eles chamam de tags: “den_cd” (código da denúncia), “Data – Hora”, “DD” (é um código que serve como protocolo e disponibilizado para o denunciante caso queira retornar para o DD e complementar a denúncia), “Tipo de Assunto”, “Município”, “Tipo” (qual o tipo do endereço, se é rodovia, rua, avenida, estrada...), “descrição” (nome da rua ou localização aproximada), “número”, “bairro”, “texto” (transcrição da denúncia), “tipo do órgão” (para qual instituição a denúncia foi encaminhada), “latitude” e “longitude”.

O banco de dados possuía um recorte temporal de 2002 a 2021, totalizando 14.935 denúncias. Para o nosso objetivo, encurtamos a temporalidade de 2016 a 2020, restringimos a localidade para os 13 municípios da Baixada Fluminense e o Rio de Janeiro, para efeitos de comparação. Na tag “tipo de assunto”, foram disponibilizadas pelo Disque Denúncia mensagens sobre: Cemitério clandestino; Destruição/subtração de cadáver; Encontro de cadáver; Furto/comércio de ossos, membros e órgãos; Pessoas desaparecidas e Tráfico de mulheres. Após uma leitura minuciosa dos pesquisadores para eliminar as mensagens repetidas e as que não eram do nosso escopo de objetivos, ficamos com um total de 1.738 denúncias.

Dentre alguns dados que foram produzidos, lançarei mão de alguns que acredito serem produtivos para o debate. O primeiro é que a taxa de denúncias de desaparecimento forçado na Baixada Fluminense é de 9,25 por 100 mil habitantes, enquanto a cidade do Rio de Janeiro registra 6,12, segundo a análise do banco de dados do Disque Denúncia. Segundamente, considerada a taxa proporcional, Itaguaí, Japeri e Belford Roxo lideram o ran-



Esqueleto em análise diante dos retratos de 42 homens e mulheres procurados entre as ossadas exumadas em 1990

king de desaparecimentos, enquanto, em números absolutos, são Duque de Caxias e Belford Roxo os líderes.

O que se percebe é que o desaparecimento forçado é uma linguagem compartilhada por diferentes grupos criminais. Estado, milícias, facções do tráfico constituem cada vez mais fronteiras que são puídas por interesses comuns, e compartilham de técnicas de causar dor no outro (Araújo, 2016). O que se observa, ao analisar as motivações do desaparecimento violento na Baixada, é que a maior parte se dá nas disputas territoriais por mercados ilícitos entre esses grupos. A maior parte dos desaparecidos, jovens e negros, em regiões periféricas, é vitimizada pela violência; e o Estado participa enquanto fabricante desses desaparecimentos tanto de forma ativa quanto por omissão. As dores que são produzidas em familiares dessas vítimas fazem parte do produto macabro de uma expressão política e econômica de certos grupos. Voto, dinheiro e poder transitam juntos.

Nesse sentido, responder as perguntas “por que a Baixada Fluminense é palco de tamanha violência?”, “quem se beneficia com essas violações de direitos humanos?” e “por que a violência na periferia entrou na esteira do cotidiano e mobiliza tão pouco as instituições e sociedade civil?” não é uma tarefa fácil, tampouco proponho apresentar uma fórmula mágica de resolução. Os apontamentos sócio-históricos são de uma raiz plantada na colonialidade, de violência sobre a lógica da expropriação do território e do extermínio do povo aqui existente. Como dado, é importante lembrar a predominância de aldeias indígenas e quilombos dizimados para o cultivo de monoculturas (Souza e Ribeiro, 2021; Bezerra, 2024). O racismo é o grande articulador desse cenário que vitimiza várias pessoas todos os anos. Enfrentar o debate sobre violência, é enfrentar a estrutura política, econômica e social que se reproduz e se fortalece ao longo da história.

Considerações finais

O que se apresenta, portanto, é uma análise sobre a violência na Baixada Fluminense, com foco nos desaparecimentos forçados enquanto expressão das disputas territoriais e das estruturas de poder locais. A região, frequentemente estigmatizada pela mídia, é marcada por profundas desigualdades e por uma longa história de violações de direitos humanos que envolvem múltiplos atores sociais. A partir de uma pesquisa realizada pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em parceria com o Fórum Grita Baixada, foram coletados e analisados dados que revelam o desaparecimento forçado como prática sistemática e politicamente funcional a determinados grupos.

Esses desaparecimentos envolvem sequestros, tortura, homicídios e ocultação de cadáveres, mas ainda não são reconhecidos como crime autônomo na legislação brasileira. A Baixada apresenta índices mais altos de desaparecimentos em relação à capital, o que está relacionado à presença de grupos armados – como facções, milícias e grupos de extermínio – que disputam o controle de territórios e mercados ilegais. Esses grupos mantêm vínculos com agentes públicos e utilizam a violência como forma de controle social e político, apagando pessoas para manter sua influência sobre o cotidiano das comunidades.

Historicamente, a região foi marcada pela convivência do Estado com a contravenção e com a formação de redes de poder que articularam violência e política, sobretudo a partir da ditadura empresarial-militar. A consolidação do neoliberalismo intensificou esse cenário, com grupos armados ocupando cada vez mais espaços institucionais e econômicos. O Estado, por vezes ausente ou capturado por interesses criminosos, atua como facilitador dessa engrenagem de dominação, dificultando o acesso à justiça e à reparação das vítimas.

O desaparecimento forçado, nesse contexto, não é apenas uma expressão de violência direta, mas um mecanismo de poder que articula o silêncio, o medo e a impunidade. As vítimas, majoritariamente jovens negros das periferias, são eliminadas de forma a não deixarem rastros, o que impede investigações e esvazia a comoção social. O texto defende que compreender esse fenômeno exige uma abordagem que articule raça, território e política, reconhecendo que o racismo estrutural e a lógica colonial ainda moldam as práticas de segurança pública e a configuração do Estado na Baixada Fluminense.

Referências bibliográficas

- ALVES, José Cláudio Souza. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: AP-PH-Clio, 2003.
- ARAÚJO, Fábio Alves. “Não tem corpo, não tem crime”: notas socioantropológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 22, n. 46, p. 37–64, dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832016000200002>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- BEZERRA, Nielson R. Espírito das periferias: ancestralidades indígenas e africanas na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: Esteio Editora, 2024.
- MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência. Civitas: Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371–385, set./dez. 2008.
- SOUZA, Marlúcia Santos de; RIBEIRO, Simone Orlando. Memórias ancestrais no Norte e Oeste das cercanias da Guanabara: no tempo das conchas e da Jacutinga. Revista Pilares da História, v. 20, n. 19, p. 37–45, jun. 2021.
- TELES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. Estudos Avançados, São Paulo, n. 61, p. 173–192, 2007.

Augusto Perillo Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, mestre em ciências sociais pela UFRRJ e graduado no mesmo curso pela UFF. Um dos autores do livro *Desaparecimento forçado: vidas Interrompidas na Baixada Fluminense*, e produtor do podcast “O Luto não é para todos”.

FEMINISMO NEGRO E URBANISMO: perspectivas comuns

Marta da Silva Batista



Este artigo busca estabelecer um diálogo entre algumas perspectivas do movimento feminista negro, com ênfase nas contribuições teórico-práticas da filósofa e ativista Sueli Carneiro, e as abordagens feministas a respeito das lutas por direito à cidade, elencando um ponto de vista situado a partir do relato da organização e luta de mulheres da Baixada Fluminense por um equipamento público regional para o combate às violências contra a mulher.

O interesse em enfatizar a obra de Sueli Carneiro se dá, em especial, por sua contribuição na formulação de políticas públicas para mulheres negras ao denunciar a precariedade de dados estatísticos referentes a essa população, e se debruçar num processo de sistematização de pesquisas articulado com um profundo estudo teórico a respeito das nuances do racismo brasileiro.

Além disso, moro num bairro periférico de uma das cidades da Baixada Fluminense e milito no movimento feminista na região, tendo sido uma das fundadoras do Coletivo Minas da Baixada. O coletivo existe desde 2016 e reúne mulheres de diferentes cidades da região através de uma perspectiva que articula raça, classe, gênero e território.

Abordagens feministas sobre o direito à cidade

Quando tratamos sobre o urbano, sobre o direito à cidade, existe a armadilha de considerá-lo a partir de uma perspectiva universalista e excludente para as minorias sociais. A partir de categorias marxianas, o direito à cidade é formulado por Lefebvre (2008) como o direito à vida urbana, sendo o urbano um espaço de encontro, com prioridade para o valor de uso.

É também um espaço para todos, tem caráter coletivo (Harvey, 2014), mas, por vezes, esse discurso pode invisibilizar lutas específicas de grupos sociais. Assim, uma abordagem feminista sobre as lutas pelo direito à cidade se justifica quando se observa a violência sofrida pelas mulheres nessas condições de precariedade e de opressão estrutural.

Há uma grande tradição em estudos da cidade, da Sociologia Urbana e das próprias Ciências Sociais que, em geral, não leva em conta o caráter marcado por gênero das relações sociais urbanas, além de invisibilizar manifestações urbanas regidas por mulheres e pelas pautas feministas. Tais análises a respeito das problemáticas no espaço urbano não contemplam, por exemplo, as questões específicas sobre as rela-

ções de trabalho para as mulheres, a pobreza, os aspectos generificados dos espaços e serviços públicos ou a peculiaridade do medo e da insegurança experimentados pelas mulheres nas cidades (Freitas e Gonçalves, 2021).

O perigo de ter o seu corpo violado é uma questão histórica para as mulheres, bem como um fator restritivo para seu acesso ao lazer, ao trabalho, à representação política, ao espaço público. Portanto, a dimensão do corpo é muito importante, pois, como afirmam Freitas e Gonçalves (2021, p. 6) “não há política sem corpos, não há corpos não políticos e não há corpos não marcados pelo gênero”.

Martínez et al (2011) trazem necessárias reflexões a respeito das relações entre gênero e urbanismo. As autoras questionam a universalidade imputada aos sujeitos de direito e colocam que a identidade que lhes é atribuída e vivenciada é masculina – as cidades são pensadas pelos e para os homens.

As mulheres exercem o trabalho produtivo e ainda são as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, pelas tarefas do cuidado, o que gera sobrecarga e aprofunda as desigualdades urbanas, fazendo com que o gênero feminino seja mais afetado pelos problemas relacionados à infraestrutura e equipamentos públicos.



Caminhar juntas, por cidades mais seguras para as mulheres

O amplo acesso a políticas e equipamentos urbanos, a promoção de usos coletivos e do convívio das diferenças devem ser garantidos por um planejamento urbano que seja pautado pela diversidade da vida social. Planejamento que priorize as pessoas e não somente a produção e circulação de mercadorias, como é a concepção das cidades capitalistas (Oliveira, 2018).

Outra compreensão fundamental é a de que a vivência urbana parece ainda mais dura para mulheres negras, trans e/ou moradoras de periferias, que geralmente sentem mais profundamente as consequências de um padrão de urbanização excludente, patriarcal, racista, LGBTfóbico e capacitista. Grande intelectual negra, Lélia Gonzalez (1987) apontava há algumas décadas a necessidade de uma abordagem articulada de diferentes categorias, em especial raça, classe e gênero.

Lélia percebe ainda a persistência de uma notável segregação do espaço físico ocupado por “dominadores e dominados” desde o Brasil Colônia até a atualidade, em que se estabelece um lugar natural para o grupo branco dominante, em habitações saudáveis, bem localizadas nas cidades e no cam-

po e protegidas por diversos modos de policiamento (como os feitores, capangas até a polícia institucionalizada). Ao mesmo tempo, se determina para o negro um lugar “natural” que é justamente o inverso: a senzala, as favelas e cortiços, alagados, invasões e os atuais conjuntos “habitacionais”, palavra esta indicada entre aspas em crítica às condições de habitabilidade dessa política pública quando voltada para a moradia da população menos favorecida. Lélia afirma com todas as letras que existe uma divisão racial do espaço (Gonzalez, 1979, s.p., apud Gonzalez, 1987, p. 232).

Quando tratamos mais especificamente do acesso a políticas e equipamentos urbanos, nos deparamos com a necessidade do uso desses aparatos para o enfrentamento da dura realidade de violências sofridas pelas mulheres brasileiras. De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, em 2022 foram vitimadas pelo feminicídio 1.437 mulheres no Brasil, representando um aumento de 6,1% em relação ao ano anterior (com 1.347 vítimas); quase 70% dos casos ocorreram na residência das vítimas.

Aliás, houve um crescimento significativo da violência contra a mulher em todas as modalidades, do assédio ao estupro, feminicídio, homicídio doloso e agressões domésticas. O recorte racial também é evidente: dentre as vítimas de feminicídio em 2022, 61,1% eram negras e 38,4% brancas.

A população negra segue sendo a principal vítima da violência sexual, e ainda experimentou um crescimento da proporção em relação a 2021. Enquanto neste ano o percentual foi de 52,2%, em 2022 registrou-se uma taxa de 56,8% de vítimas pretas ou pardas, contra 42,3% brancas, 0,5% indígenas e 0,4% amarelas. Esses dados referem-se ao total de pessoas que denunciaram o caso em uma delegacia de polícia, logo, a subnotificação é significativa.

Ao deslocarmos o olhar para a Baixada Fluminense, os dados indicam que, em 2023, dos 1.158.980 registros de casos de violência contra a mulher no estado, 23,4% aconteceram na região, o que equivale a mais de 271 mil registros. Concentrando ainda um total de 10.727 casos de estupro, sendo 64,9% das vítimas mulheres negras.

A importância de Sueli Carneiro para a construção de políticas públicas para as mulheres negras

São muitas as contribuições teóricas e militantes que a filósofa e escritora Sueli Carneiro traz tanto ao movimento feminista quanto ao movimento negro no Brasil. Para iniciar, destacamos, inclusive, as suas colocações a respeito da dupla militância imposta às mulheres negras organizadas. Sueli aponta a insuficiência com que a especificidade da questão racial é tratada no interior do movimento feminista brasileiro, orientado por uma perspectiva universalista com referência nos padrões brancos e eurocêntricos (Carneiro, 2003, p.118).

Ao mesmo tempo, o movimento negro não tratava da especificidade da questão de gênero, o que não favorecia a atuação das mulheres negras num país com tradições fortemente sexistas. Assim, ainda na década de 1980, no contexto da luta pela redemocratização do país, as mulheres negras se organizaram a partir de uma perspectiva articulada entre gênero e raça. Seus esforços organizativos resultaram em avanços na formulação de políticas para mulheres, comprometendo o movimento feminista com as mulheres negras. O documento da Articulação de Mulheres Brasileiras rumo a Beijing, apresentado já em 1995, expressa esse comprometimento, assim como o aumento do número de mulheres negras no movimento de mulheres (Carneiro, 2019, p.151-154).

É também notável o esforço que Sueli Carneiro faz para a obtenção e sistematização de dados com recorte racial para a construção de políticas públicas para a população negra. No artigo “Mulher Negra” (Carneiro, 2019, p.13-16), a autora inaugura o estudo sobre as desigualdades entre mulheres e provoca reflexões a respeito da dificuldade de traçar uma análise da situação socioeconômica diante da precariedade de dados estatísticos, problemas metodológicos que estão dentro do contexto

de um Estado que invisibiliza essa parcela considerável da população.

A sistematização de dados oficiais referentes a Instrução, Mercado de trabalho e Obtenção de rendimento evidenciam, por exemplo, a desvantagem das mulheres negras em relação às brancas quanto ao acesso educacional, à obtenção de renda e à estrutura ocupacional. Sueli faz um trabalho de pesquisa apurado e propositivo, que em meio a um cenário de Constituinte, se traduz na reivindicação de propostas como um esforço educacional centrado na população negra, medidas legislativas e punitivas quanto à discriminação racial, combate aos estereótipos negativos sobre a população negra difundidos nas mídias, materiais didáticos.

A luta contra a violência doméstica a desloca de assunto privado para a esfera pública

Apesar do avanço do conservadorismo e da extrema direita nos tempos atuais, é importante destacar a atualidade dessas propostas que hoje encontram uma maior sensibilidade e alcance por parte de diversos setores da população, inclusive nos espaços de poder.

Ainda no bojo de suas contribuições para a construção de políticas públicas, Sueli destaca a importância do movimento de mulheres brasileiras a nível internacional, sendo considerado referência mundial em relação a certos temas. Aponta, por exemplo, a luta contra a violência doméstica, que a desloca de um lugar de ser considerada como assunto privado para a esfera pública. Tal deslocamento provoca a criação de serviços públicos mais es-

pecíficos, como as Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAMs) e abrigos institucionais para vítimas de violência doméstica, que apesar de carecerem de aperfeiçoamentos são o resultado concreto da mobilização do movimento feminista brasileiro (Carneiro, 2003, p. 117).

A intelectual afirma que o protagonismo político das mulheres negras tem sido força motriz na determinação de transformações nas perspectivas e no reposicionamento político feminista em nosso país. Com a ação política das mulheres negras, diversos reconhecimentos vêm acontecendo, dentre eles a percepção da falácia da concepção universalizante de mulher e da dimensão racial da pobreza no Brasil. Ela defende que a introdução dessas temáticas no âmbito público colabora para a ampliação dos sentidos de democracia, igualdade e justiça social, conceitos sobre os quais gênero e raça “impõem-se como parâmetros inegociáveis para a construção de um novo mundo”.

A luta do movimento feminista da Baixada Fluminense pela retomada do CIAM

Com um olhar mais atento à perspectiva de gênero para e nas cidades, um dos elementos que se evidencia é a falta de políticas públicas para as mulheres, inclusive na insuficiência de equipamentos públicos e coletivos. Um caso bastante ilustrativo desse problema é o processo de desmonte do Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) Baixada, processo este que acompanhei, envolvendo-me na organização das mobilizações que serão abaixo relatadas.

O CIAM Baixada foi inaugurado em 2008 e prestou, em seus seis anos iniciais, a média anual de 1.500 atendimentos. Era um centro de referência estadual, composto por uma equipe multidisciplinar e voltado para o atendimento de demandas de mulheres em situação de violência (es-

pecialmente casos mais complexos), bem como para capacitação de profissionais especializados.

No projeto original do prédio, que se localiza no bairro da Luz, na cidade de Nova Iguaçu, estava previsto que os poderes municipal e estadual providenciariam infraestrutura urbana para o entorno: construção de uma creche municipal ao lado, linha de ônibus que atendessem o centro e construção de uma estação de trem em frente ao prédio (ramal Japeri). Inclusive, a escolha do terreno se deu com base nessas promessas. Tal infraestrutura facilitaria o acesso de mulheres de outras regiões, além de responder à demanda local por melhorias e segurança. No entanto, a infraestrutura não foi cumprida, o Estado cortou verbas e retirou investimentos na manutenção do prédio e salários da equipe técnica.

Esse desmonte ocorre num contexto em que o Rio de Janeiro voltava sua política para ser palco de megaeventos internacionais, como a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016, os quais aprofundaram processos de desigualdade urbana e de uma perspectiva neoliberal de gestão pública. O prédio do CIAM foi se deteriorando, sendo fechado em 2016 e posteriormente ocupado por um grupo cultural local. Não houve um confronto entre militantes feministas e os ativistas que ocuparam o espaço. O que ambos reivindicavam era a garantia por parte do Estado de terem equipamentos de qualidade.

É ainda de importância fundamental destacar que o prédio possuía excelente infraestrutura própria e foi construído com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) graças à pressão e articulação de movimentos de mulheres e feministas da região.

Esses movimentos criaram o Fórum Regional dos Direitos das Mulheres da Baixada Fluminense em 2002. Desde 2016, os movimentos que compõem o Fórum vêm reivindicando a retomada do espaço e, em 2018, o Fórum reto-

mou suas atividades de maneira mais orgânica, tendo a questão do CIAM uma forte centralidade na pauta.

O Fórum realizou reuniões com o poder público e também atos de rua e divulgação nas redes sociais e imprensa. Ainda em 2018, o prédio foi cedido para a Defensoria Pública, que apoia o retorno das atividades do CIAM naquele espaço. No entanto, não houve movimentação dos poderes municipal e estadual para a construção de infraestrutura urbana no entorno, o prédio seguiu abandonado, e mesmo o grupo que estava ocupando deixou o local. Com a pandemia de Covid-19, as atividades do Fórum que vinham numa crescente acabaram sendo amortecidas.

Com a inviabilidade das instalações físicas originais, o CIAM Baixada passou a funcionar, por alguns anos, em um espaço na 8ª Delegacia de Polícia no bairro da Posse, em Nova Iguaçu. Em 2021, o governo do estado do Rio de Janeiro anunciou a inauguração da nova sede do equipamento, em parceria com a Prefeitura de Nova Iguaçu, que ocupa um andar em um endereço no centro do mesmo município.

Com o retorno massivo de atividades presenciais no ano de 2022, o Fórum se mobilizou e realizou um importante ato no mês de julho, devido a um caso de múltiplas violências contra a mulher que ganhou repercussão nacional: o estupro perpetrado pelo médico anestesista Giovanni Quintella Bezerra contra uma mulher durante seu parto cesáreo no Hospital da Mãe, em São João de Meriti (Folha de S. Paulo, 2022).

Consideramos importante o registro do processo de retomada das atividades desse fórum regional, que é parte da história da luta feminista na região e atualmente agrega antigas e novas gerações dos movimentos de mulheres e feministas da Baixada Fluminense. Gerações que vivenciaram os processos de mobilização das mulheres nas décadas de 1980, 1990 e 2000 frente à redemocratização e aos avanços neoliberais; e gerações que se

aproximaram do movimento feminista na década de 2010, muitas a partir das discussões propagadas pelas mídias e redes sociais. Todas têm feito o esforço de caminhar juntas na luta por direitos, por cidades mais seguras para as mulheres.

Considerações finais

As formulações e reivindicações trazidas pelo feminismo negro têm fundamental importância não apenas para as mulheres negras, mas para o movimento feminista de forma mais ampla. No Brasil, ao estabelecerem a crítica a uma perspectiva universalizante, branca e eurocentrada das mulheres, provocam a reelaboração dos rumos do movimento como um todo no país. Provocam a imersão em nossa própria história, na realidade de um país colonizado, fundado sob múltiplas violências contra suas populações originárias, contra as mulheres, e com base no sequestro e escravização de povos africanos. Desconstroem mitos como o da democracia racial, de um processo harmonioso de miscigenação. O feminismo negro coloca um espelho diante de nós, cujas múltiplas reflexões geram dores, mas também evocam uma história de luta e resistência protagonizada inúmeras vezes pelas mulheres negras.

Em busca de cidades mais seguras para todas, todos e todes é que mulheres de diferentes gerações – desde as contemporâneas de Sueli em reivindicações como a construção de DEAMs até mulheres que conheceram conceitos feministas através de publicações em redes sociais – se encontram e, juntas, se organizam e lutam.

**As referências bibliográficas podem ser acessadas através do [link](#) para o artigo completo.*

Marta Batista *Presidente do PSOL Nova Iguaçu-RJ. Mestre em Arquitetura, Urbanismo (FAU-USP), Especialista em Engenharia Urbana (UFRJ) e Engenharia de Produção (CEFET Nova Iguaçu).*

DUQUE DE CAXIAS: a esquina de grandes negócios

Gabriel Souza Alves



O trabalho a seguir busca desenvolver uma análise sobre a expansão da incorporação imobiliária na cidade de Duque de Caxias por meio da produção de condomínios de galpões. Após a caracterização desses empreendimentos e seu respectivo mapeamento, através de imagens de satélite, aprofundamos num caso particular: a tentativa de apropriação do Campo do Bomba por uma concessão público-privada para um consórcio empresarial a ser responsável pela instalação de uma nova central de abastecimento – cujo

projeto seria nomeado de Central de Abastecimento do Rio de Janeiro (CEARJ).

Estamos diante de uma cidade que se tornou um dos principais eixos de expansão do segmento imobiliário-financeiro na metrópole do Rio de Janeiro. A Rodovia Washington Luís (BR-040) atravessa o município de norte a sul, reunindo uma grande concentração de empreendimentos que dependem dessa infraestrutura de circulação para efetivar seus negócios. Existem aquelas atividades associadas diretamente ao processo produtivo e de comercialização, mas suas

condições de operação têm dependido cada vez mais da atividade imobiliária. Esta última, por sua vez, vem produzindo condomínios de galpões na referida rodovia, justamente para poder alugá-los para as empresas vinculadas ao primeiro tipo de atividade.

A cidade de Duque de Caxias, assim como outros municípios da Baixada Fluminense, tem se tornado a “esquina de grandes negócios” entre um setor capitalista que atua produtivamente e um segmento que atua na produção de imóveis e de serviços condominiais. O primeiro busca evitar problemas socioespaciais de suas operações na metrópole, o segundo busca proporcionar espaços e serviços que assegurem o curso livre das mercadorias no contexto urbano. Todavia, para que esse segmento imobiliário-financeiro seja capaz de produzir seus empreendimentos, é imprescindível contar com a maneira como o Estado é operado no município em questão.

No meio do caminho: um condomínio

Quem circula cotidianamente pelas rodovias de Duque de Caxias é capaz de identificar as transformações recentes em sua paisagem: novos estabelecimentos são inaugurados, fachadas erguidas em poucas semanas e há diferentes canteiros de obras deflagrados nas proximidades das principais vias expressas da cidade. Também podem ser vistos anúncios

© Acervo Gabriel Souza Alves



Condomínio Logístico GLP Duque de Caxias Fonte: GLP (2021)

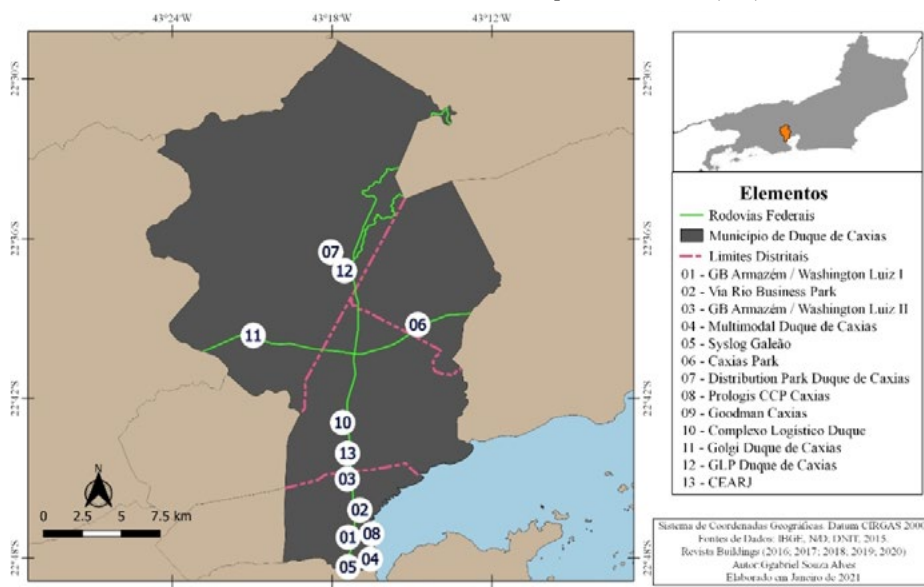
em grandes outdoors, usados pela publicidade desses empreendimentos. Nelas, pode-se notar alguns termos padrão, como: “aluga-se”; “condomínio logístico”; “galpão”; “logística”; “locação”; “transportadora”. Esses materiais publicitários buscam atrair clientes para empreendimentos imobiliários voltados para a produção e comercialização em grande escala.

A forma espacial dos condomínios de galpão se verifica pela adoção de partes pré-moldadas em suas edificações e por seus padrões em termos de arquitetura. Sua repartição interna em módulos, com portas externas (docas), encanamentos e conduítes distribuídos de maneira regular, completa-se com um telhado igualmente padronizado e de grande extensão, contemplando espaços amplos e condizentes com a gestão de um elevado volume de mercadorias (do tipo bem de consumo). São formas espaciais que frequentemente se assemelham em aparência, por compartilharem certas metodologias de construção e uma determinada escala de edificação, mas cuja verdadeira identidade se encontra no plano de suas estratégias de valorização a partir da aplicação de capital monetário em galpões condominiais.

A ocorrência desses empreendimentos em Caxias não é apenas uma novidade de nicho de mercado, em que seus proprietários inovam na incorporação de imóveis com destinações pouco usuais. Esses fazem parte da expansão geográfica dos negócios realizados pelo complexo logístico-imobiliário em desenvolvimento na realidade metropolitana brasileira. A aceleração na produção de condomínios industriais em Caxias só alcançou tamanha proporção quantitativa – ultrapassando a cidade do Rio em número de empreendimentos de alto padrão – por se tratar de um município requalificado e projetado para servir de “grande armazém” metropolitano e alfandegário.

Por estarmos tratando de empreendimentos condominiais, pode-

Condomínios industriais estabelecidos em Duque de Caxias (RJ)



Condomínios industriais estabelecidos e projetados em Duque de Caxias até o primeiro trimestre de 2021

Fonte: Buildings (vários anos). Disponível em: <https://www.buildings.com.br/revista>. Acesso em: 13 jul. 2021. Elaboração própria.

-se observar a peculiaridade desses espaços geográficos terem dentro de seus perímetros a vinculação entre serviços condominiais. Recursos esses que estão frequentemente ligados à limpeza, segurança, infraestrutura de comunicação, manutenção e, algumas das vezes, à presença de bancos e restaurantes/cantinas. Todos esses elementos, comumente são encontrados no interior dos referidos condomínios logísticos.

Após reconhecermos a escala e o ritmo da expansão desses empreendimentos na realidade metropolitana, é possível desvendar, assim como em outros tipos de uso condominial do território, “[...] que o condomínio industrial não é apenas um novo produto imobiliário, é também uma forma de organização territorial da indústria que corrói o sentido público” (Lencioni, 2011, p. 196). Pois arruamentos, logradouros públicos e serviços urbanos elaborados nessas propriedades passam a estar apartados de qualquer significado de público de cidade. Essa dimensão segmentadora do uso con-

dominial do espaço metropolitano confirma, com suas especificidades, o próprio potencial da atividade imobiliária como vetor de novas centralidades metropolitanas.

O caso emblemático do Campo do Bomba

A generalização desse processo alimentou a metropolização do espaço e assumiu diferentes formas em cada circunstância municipal, assim como influenciou os rumos dos distintos níveis de governo (municipal, estadual e federal). Uma regulação mais frouxa para esses empreendimentos privados, por conseguinte, pode ser acompanhada na realização e condução dos planos diretores dos municípios almejados. Instaurado através da Lei Complementar nº1, de 31 de outubro de 2006, o Plano Diretor Urbanístico do Município de Duque de Caxias, por exemplo, serviu de base para a delimitação de áreas prioritárias ao estabelecimento de negócios – através das Zonas Especiais de Negócio – e

sinalizou a existência de “grandes vazios e áreas subutilizadas” (Duque de Caxias, 2006b) como forma de estimular sua ocupação – com a criação de Zonas de Ocupação Preferencial.

As deficiências derivadas da ausência de diagnósticos técnicos, do cerceamento dos mecanismos de participação popular, das dubiedades em seus artigos e das omissões em seu texto (Oscar Júnior, 2014, p. 10-16), por outro lado, foram eficientes no sentido de ser uma ferramenta maleável para os interesses políticos e econômicos vindouros. Pulverizadas, em sua maioria, nas imediações da Rodovia Washington Luís (BR-040), as Zonas Especiais de Negócio (ZEN) foram delimitadas com a expectativa de tirar proveito da realidade urbana descontínua, fragmentada e densamente interligada de Caxias. Esse mecanismo de planejamento, contudo, acabou servindo também como subterfúgio para a incorporação de áreas públicas que até então eram designadas como de preservação ambiental.

O caso mais emblemático envolvendo esse procedimento foi a supressão de dois polígonos da Área de Preservação Ambiental de São Bento (APA de São Bento), chamados de Campo do Bomba I (2.809.800 m²) e Campo do Bomba II (344.500 m²). Aprovada na Câmara Municipal sem envolver maiores discussões, a Lei nº 2003, de 27 de outubro de 2006 (Duque de Caxias, 2006a) foi decidida quatro dias antes da aprovação da lei instauradora do novo plano diretor. O Campo do Bomba I foi transformado na sétima Zona Especial de Negócio (ZEN VII). Dez anos depois, o deputado estadual Rosenverg Reis (PMDB) apresentou uma proposta de transferência da sede da Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA/RJ) para Duque de Caxias, na área em questão (Rio de Janeiro, 2016).

Com a negativa do próprio CEASA/RJ, ao se deparar com a proposta, a estratégia política à qual o deputado

Quadro de áreas do CEARJ projetada no Termo de Concessão (em m²)

Área Total do Terreno: 2.809.900		
Área Projetada	Proporção em Relação ao Imóvel	
CEARJ – 1ª Fase	80.000	2,8%
CEARJ – 2ª Fase	180.000	6,4%
CEARJ – 3ª Fase	220.000	7,8%
CEARJ – Final	480.000	17%
Empreendimentos Associados: 2.329.900 (83%)		

Fonte: Duque de Caxias (2019). Adaptado.

se vinculava passou a mobilizar uma proposta de “nova CEASA” a partir de uma articulação com o setor privado. Isso resultou numa audiência pública para exibição do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) 01/2018, com autoria da RFM Participações (incorporadora), Athié Wohnrath (construtora e escritório de arquitetura) e a Azevedo Sette Advogados (escritório de advocacia). Em sequência, a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias (PMDC) instaurou um processo licitatório para a construção e exploração de um empreendimento no Campo do Bomba I, chamado de Central de Abastecimento do Rio de Janeiro – CEARJ.

Acrescido da RFM Participações (Duque de Caxias, 2019), a licitação foi vencida pelo consórcio responsável pela PMI e por embasar a solicitação pública. O termo de concessão, contudo, fornece evidências de que a construção da CEARJ servia de justificativa para a produção de empreendimentos associados projetados enquanto negócios imobiliários. Passada a licitação da PMDC, a versão aprovada se diferenciava daquela apresentada no momento do PMI, como consta no Termo de Concessão de Uso de Espaço Público nº 09-011/2019. Neste último, os empreendimentos associados “po-

dida, e que tenham qualquer relação direta ou indireta com abastecimento, [...] relacionados à cadeia de produção, transporte e comercialização de produtos correlatos, vinculados à central de abastecimento, cuja construção, operação, manutenção, gestão e exploração comercial serão de responsabilidade da concessionária” (Duque de Caxias, 2019).

Ao mesmo tempo, houve atualizações também nas proporções das áreas destinadas ao CEARJ e aos empreendimentos associados. Se, antes, estes últimos corresponderiam a uma área de 1.062.460 m², no Termo de Concessão as dimensões passaram a configurar 2.329.900 m², mais que o dobro da quantia prevista na versão do PMI. O terreno destinado ao CEARJ foi reduzido para 480.000 m², uma dimensão que corresponderia a somente 17% do conjunto da área que seria transformada em imóvel.

Trata-se, na realidade, de uma parceria público-privada voltada para a produção imobiliária e condominial de galpões, mascarada pela justificativa de construção de uma central de abastecimento. Omitida nos discursos oficiais a respeito do CEARJ, a projeção dos empreendimentos acessórios fornece as pistas para o reconhecimento do interesse econômico. O

planejamento dos fluxos de veículos para os empreendimentos acessórios não incorpora a proporção aprovada na licitação, mas delimita a circulação dos automóveis nas imediações da CEARJ e sinaliza o fluxo prioritário de caminhões na área dos empreendimentos acessórios.

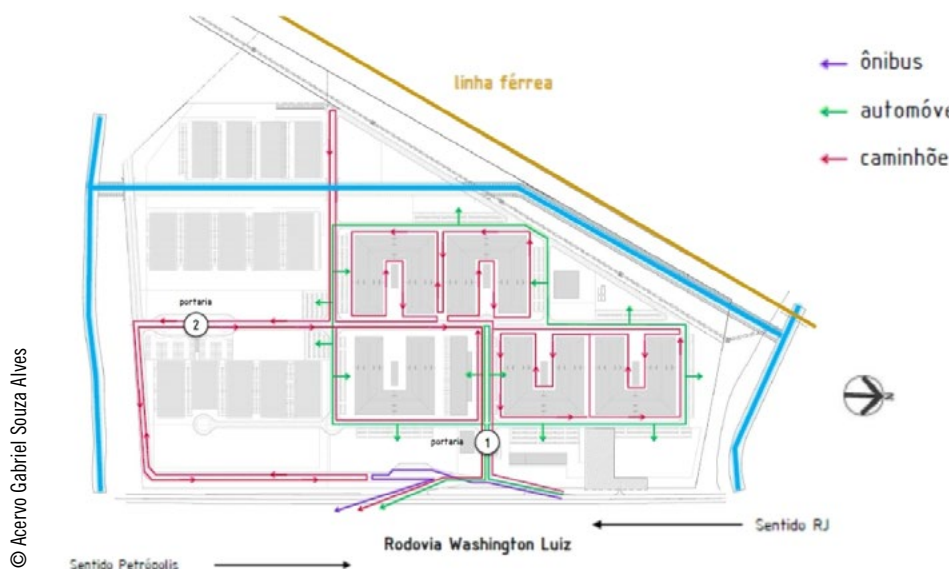
Considerações finais

A expansão do complexo imobiliário-financeiro vem ocorrendo em Duque de Caxias por meio da produção massiva de condomínios logísticos nas imediações das rodovias federais. O êxito desses imóveis está relacionado a uma reestruturação produtiva mais ampla, comandada pela modernização dos meios de comercialização pela internet, chamado de *e-commerce*.

O caso do CEARJ no Campo do Bomba, previamente destinado à preservação ambiental e histórica por meio da APA São Bento, é revelador das opções políticas e prioridades conferidas pelo Estado nesta presente sociedade da barbárie. As questões sociais e a base material da

maioria da população são ignoradas até que se tornem oportunidade de negócio. A terra, tão fundamental para a concretização da vida, intensifica-se em seu trato enquanto mercadoria, ascendendo em preço e tomada pelas cercas absolutas da propriedade privada do setor imobiliário-financeiro.

O município de Duque de Caxias segue como uma esquina para grandes negócios. Nele se observa como a reprodução do capital prevalece abruptamente sobre qualquer outra necessidade relativa à qualidade de vida de seus cidadãos. Sob a justificativa de geração de empregos, de qualidade discutível, a cidade tem sido entregue aos condomínios e galpões e seus inquilinos. A condição de periferia metropolitana é apropriada, privadamente, por uma expansão imobiliário-financeira que ergue novas centralidades urbanas. A contradição também se complexifica, pois a maior parte da população que vive em Duque de Caxias segue sendo privada da riqueza socialmente elaborada nesses grandes negócios.



Planta de fluxos e acessos do CEARJ projetada no PMI

Fonte: Consórcio Novo Ceasa Duque de Caxias (2018)

Referências

- Buildings. Buildings. São Paulo: Hablar Comunicação, v. 1, n. 1 (edição especial), abr. 2012. 56 p. Disponível em: <https://www.buildings.com.br/revista>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- Buildings. Buildings. São Paulo: Editora Nova Gestão, v. 10, n. 38, jul. 2017. 84 p. Disponível em: <https://www.buildings.com.br/revista>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- Buildings. Buildings. São Paulo: Editora Nova Gestão, v. 10, n. 40, jan. 2018. 84 p. Disponível em: <https://www.buildings.com.br/revista>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- Buildings. Os detalhes do setor de condomínios logísticos. 9 set. 2019. Disponível em: <https://revista.buildings.com.br/os-detalhes-do-setor-de-condominios-logisticos/>. Acesso em 28 fev. 2024.
- Buildings. Buildings. São Paulo: Editora Nova Gestão, v. 13, n. 49, abr. 2020a. 84 p. Disponível em: <https://www.buildings.com.br/revista>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- Consórcio, Novo Ceasa Duque de Caxias. Procedimento de Manifestação de Interesse: apresentação dos estudos. Duque de Caxias, 2018.
- Duque de Caxias. Secretaria Municipal de Governo. Extrato do Termo de Concessão de Uso de Espaço Público nº 09-011/2019. Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e CEARJ Duque de Caxias S.A. Duque de Caxias, RJ, 15 de fevereiro de 2019.
- Duque de Caxias. Lei Nº. 2019, de 27 de dezembro de 2006. Autoriza a utilização dos imóveis. Câmara Municipal de Duque de Caxias. Duque de Caxias, 27 dez. 2006c. Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=1680>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- Duque de Caxias. Lei Nº. 2003, de 27 de outubro de 2006. Suprime as áreas denominadas de Campo do Bomba I e Campo do Bomba II da Área de Proteção Ambiental de São Bento. Câmara Municipal de Duque de Caxias. Duque de Caxias, 27 out. 2006a. Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=1694>. Acesso em: 13 jul. 2021.
- Lencioni, S. Condomínios industriais: um novo nicho dos negócios imobiliários. In: Pereira, P. (org.). Negócios imobiliários e transformações sócio-territoriais em cidades da América Latina. São Paulo: FAUUSP, 2011.
- Rio de Janeiro. Projeto de Lei Nº. 2194/2016, de 24 de outubro de 2016. Ementa que dispõe sobre a transferência da sede e da Unidade Grande-Rio RJ da CEASA/RJ para o município de Duque de Caxias e dá outras providências. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 26 out. 2016.

Gabriel Souza Alves - Membro do FORAS-Caxias, mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense e doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).

PELA REVOLUÇÃO, ELE FOI AO ÉDEN! A trajetória militante de João Pedro de Souza Neto



Adriana Maria Ribeiro

A primeira vista, o título deste artigo pode sugerir a ideia de que o termo 'Éden' é uma referência ao paraíso bíblico. Mas o Éden em questão nada tem a ver com o cenário bucólico citado em Gênesis. Trata-se aqui de um bairro majoritariamente habitado por trabalhadores e por outras camadas pobres, desprovido de serviços básicos, localizado em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Foi para lá que, em 1977, mudou-se o militante comunista João Pedro de Souza Neto. Sua ida ao Éden foi motivada por objetivos políticos, em especial o de se aproximar dos trabalhadores e de outros segmentos sociais economicamente desfavorecidos, para criar com eles soluções para os problemas imediatos, organizá-los nas lutas contra a ditadura militar e criar condições para a construção de uma democracia popular no Brasil.

João Pedro nasceu em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em 17 de outubro de 1946. Seu pai, Ary de Souza, era dentista e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1963, o filho filiou-se na mesma sigla. Em março de 1964, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ingressou no curso de Odontologia da UFRJ. Na entrevista que nos concedeu, rememorou

que as ideias progressistas defendidas pelo pai o ajudaram, ainda na adolescência, a forjar valores, como a solidariedade, a defesa da justiça e da igualdade social. Também disse que a admiração pelo pai contou bastante para a escolha da profissão de dentista (Souza Neto, 2011).

Em 1966, João Pedro engajou-se no movimento estudantil e assumiu a vice-direção do Diretório Acadêmico de Odontologia da UFRJ. Em 1968, aderiu à Dissidência Estudantil da Guanabara (DI-GB), a qual ficou conhecida como Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Em novembro de 1969, foi detido por agentes da Aeronáutica no campus da UFRJ na Praia Vermelha, sob a acusação de envolvimento no sequestro do Avião Caravelle da empresa Cruzeiro do Sul, praticado pelo MR-8 no dia 08 de outubro. Em interrogatório no I Batalhão da Polícia do Exército, foi barbaramente torturado e permaneceu detido por vários dias. Acusado em Inquérito Policial Militar, foi absolvido por falta de provas. Segundo João Pedro, ele não participou da ação, mas era amigo dos jovens envolvidos no sequestro da aeronave (Souza Neto, 2011).

Em 1970, concluiu a graduação e retornou à sua cidade natal, onde iniciou a profissão de dentista. Em

1972, voltou à cidade do Rio de Janeiro, porque pretendia "fazer a carreira profissional no Rio" (Souza Neto, 2011). Com a ajuda do pai, comprou um apartamento na Zona Sul carioca, onde montou um consultório. Entre 1969 e 1973, não se ligou organicamente a grupos políticos. Nesse período, tornou-se crítico da proposta da luta armada. Em 1974, retomou a militância ao ingressar no Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha (PCdoB-AV), a Ala, como chamaremos a sigla a partir daqui.

A Ala e as táticas de aproximação dos trabalhadores

A Ala foi um pequeno grupo clandestino resultante de uma cisão ocorrida em 1967 no PCdoB. A maioria de seus membros era jovem, principalmente estudantes oriundos das classes médias. Como outros grupos da esquerda revolucionária, praticou ações armadas em centros urbanos e projetou a implantação de uma guerrilha rural para deflagrar a revolução socialista. Em fins de 1969, passou a discutir o alcance social daquele tipo de ação, tornando-se pioneira no processo de autocritica das organizações revolucionárias no Brasil. Com a autocritica, as ações armadas foram gradativamente

abandonadas e a organização passou a adotar alternativas de luta voltadas a se aproximar dos trabalhadores.

Assim como outros grupos da esquerda revolucionária, no início da década de 1970, a Ala foi desmantelada pelos órgãos de repressão política do Estado. A maioria dos militantes foi presa, morta ou optou pelo exílio ou pela deserção para sobreviver. Naquele contexto, a organização decidiu redefinir as suas formas de luta e priorizou o trabalho de massas para prosseguir com o projeto de derrubar a ditadura e de implantar o socialismo no Brasil. Desses debates, resultou o documento “Autocrítica”, redigido por membros da organização que cumpriam pena no antigo Presídio Tiradentes, em São Paulo. Fora do cárcere, os militantes buscaram aplicar as deliberações contidas no documento, sobretudo as orientações para se ligarem à classe operária em seus locais de trabalho e de moradia.

Integrado à fábrica, o militante deveria vestir-se, comer, falar e comportar-se como operário, a fim de ganhar a confiança dos colegas de trabalho e criar possibilidades para despertar neles a consciência de classe. Essa atividade era completada pelo trabalho de bairro, o qual implicava a mudança do militante para um bairro operário ou periférico, para estreitar os laços de amizade com os trabalhadores e suas famílias.

A partir de meados dos anos 1970, os movimentos populares ganharam força em diversas cidades do país. O movimento de bairro, por exemplo, por meio das associações de moradores, funcionou como um dos principais canais na luta por direitos e por melhores condições de vida da população pobre.

Na Baixada Fluminense, esse movimento foi bastante expressivo, em especial na cidade de Nova Iguaçu, onde surgiu o Movimento Amigos de Bairro (MAB). Atraída pela ascensão do movimento de bairro, a partir de janeiro de 1977, a Ala transferiu



João Pedro de Souza Neto (17/10/1946 - 10/02/2014)



Bairro de Éden no início dos anos 1980 no olhar da artista plástica Agatha Porciúncula

quadros para a região, incentivando o fortalecimento de associações de moradores, bem como a criação de grupos teatrais, de cooperativas de trabalhadores e até de um jornal.

Na região, os militantes buscaram aproximações com a Igreja Católica, devido à instituição representar um lugar de sociabilidade e que geralmente dispunha de espaço físico para a realização de reuniões e outros eventos. Ademais, durante a ditadura, paróquias lideradas por padres e mis-

sionários adeptos do Cristianismo de Libertação funcionaram como uma espécie de “guarda-chuva” para a atuação política de militantes de esquerda e de outros grupos perseguidos pelo regime.

João foi para o Éden

A partir de 1976, João Pedro passou a discutir com a direção da Ala a possibilidade de deslocar-se para a Baixada Fluminense. Sua tarefa se-

ria auxiliar a transferência de outros militantes e organizar o trabalho de bairro na localidade. Vislumbrando uma atuação política na região, prestou concurso de dentista para o Ministério da Saúde. Aprovado, em 1977, foi trabalhar em São João de Meriti. No mesmo ano, vendeu o apartamento na Zona Sul e mudou-se para o Éden, em Meriti. Doou parte do dinheiro da venda para a organização produzir panfletos e arcar com despesas de aluguéis e de alimentação de militantes. A mudança de endereço implicou em profundas alterações no modo de vida.

No Éden, residiu em uma casa sem água encanada e rede de esgoto, situada numa rua sem pavimentação, com iluminação precária. No bairro, não havia posto de saúde nem creche. As vagas nas escolas públicas não atendiam à demanda local. João procurou agir como simples morador, fez amizades, aproximou-se dos vizinhos. A sua principal ação política no Éden foi incentivar a criação da associação de moradores. As reuniões aconteceram na paróquia localizada no bairro e contaram com o apoio do pároco. Esse movimento incentivou a criação de associações nas proximidades, a exemplo da criação das associações de moradores de Vila Norma e de São Mateus.

Alguns militantes inseridos na Baixada eram oriundos de famílias de trabalhadores, a exemplo dos irmãos Costa, cujo pai era comerciante e a mãe era do lar. Valter Costa, um desses irmãos, participou da criação da Associação de Moradores de Vila Rosali e do grupo de teatro popular chamado “Caminhando contra o vento”, que se reunia na Igreja Matriz da cidade. Militantes e trabalhadores ensaiaram e encenaram peças escritas por eles mesmos, cujos temas foram a carestia, o desemprego e problemas locais, como a falta de saneamento básico e de creches comunitárias. O grupo foi dirigido por uma produtora profissional e simpaticizante da Ala (Costa, V. 2012).



Primeiro ato público do PT em São João de Meriti



PT Nova Iguaçu na primeira campanha eleitoral, em 1982

O florescimento das associações de moradores em Meriti gerou a necessidade de uma entidade capaz de agregar as demandas dos diversos bairros. Daí o surgimento, em 1978, da Associação de Bairros de Meriti (ABM), cujo processo de formação contou com a participação de João Pedro, de Valter Costa e de outros militantes da Ala e de outras organizações de esquerda.

Retomando a trajetória de João Pedro, em 1979, casou-se com Warley da Costa, irmã de Valter. Warley

era estudante de História na UFRJ e desde 1977 pertencia a uma “célula” da Ala que desenvolvia um trabalho de alfabetização de adultos. O casal mudou-se para o bairro de Vila Nova, em Nova Iguaçu, com a tarefa de incentivar a criação da associação do bairro. João e Warley incentivaram a mobilização dos moradores por meio de atividades culturais (saraus, encenações teatrais); propuseram alternativas para melhorar a renda da comunidade, como a criação de uma



João Pedro, Warley e os filhos, Hugo e Tiago

cooperativa para confeccionar e vender trabalhos artesanais. Com essas atividades, o casal esperava mobilizar politicamente a comunidade e criar meios de superação das carências locais (Costa, W. 2012).

Ainda em 1979, João Pedro articulou a criação do *Jornal da Baixada*, idealizado por militantes da Ala com o objetivo de fortalecer o trabalho de base da organização na região. O periódico teve vida curta: apenas oito edições publicadas entre maio de 1979 e fevereiro de 1980. Circulou principalmente por associações de moradores, sindicatos e paróquias. O carro-chefe das reportagens foram as demandas do movimento de bairro, embora o jornal dedicasse espaço para narrar greves e apoiar movimentos de oposição sindical.

Em 1980, João Pedro participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Nos anos seguintes, presidiu a Comissão Provisória do Diretório do partido em Meriti, foi secretário-geral do PT de Nova Iguaçu e presidente do PT de Belford Roxo. Em 1992, concorreu pela sigla ao cargo de prefeito na primeira eleição municipal de Belford Roxo, mas não saiu vitorioso do pleito.

Com a redemocratização do país, quando as lutas políticas passaram a

transcorrer dentro de estruturas legalizadas, alguns dos egressos da Ala regressaram às suas cidades de origem. João Pedro optou por permanecer na Baixada Fluminense. Familiarizado com os costumes locais, preservou laços afetivos e políticos, criou vínculos com a população, com as suas demandas e lutas. No decorrer das décadas de 1980 e 1990, continuou engajado no movimento de bairro. Então, ao lado de outra companheira de vida, Maria Fátima Souza Silva, também egressa da Ala, que nos anos 1970-80 participou ativamente das mobilizações do MAB, do qual foi dirigente.

Até a sua morte, em 10 de fevereiro de 2014, manteve sua influência no PT na Baixada. Ironicamente, faleceu no dia da fundação da agremiação que ajudou a criar e na qual permaneceu ativo militante por mais de três décadas.

Indagado sobre a avaliação que fazia do passado, João Pedro enfatizou a importância de atuar em uma organização revolucionária no momento em que vigorava no país um regime autoritário. Valorizou a crença na revolução socialista, compartilhada nas organizações por que passou nas décadas de 1960 e 1970. Com relação à aproximação dos trabalhadores e às experiências nos bairros, afirmou

que essas impactaram profundamente o seu modo de vida a ponto de decidir permanecer como agente político e morador na Baixada. Para reforçar os laços que teceu na região, recorremos às suas palavras: “Eu militei tanto, mas tanto na Baixada, que estou aqui até hoje. Posso dizer que todo o meu círculo social está aqui. Se eu me mudar, viro um peixe fora d’água” (Souza Neto, 2011).

Referências

- COSTA, Warley da. Entrevista concedida à autora. Belford Roxo, RJ, 12 de outubro de 2012.
- COSTA, Valter. Entrevista concedida à autora. Teresópolis, RJ, 23 de setembro de 2012.
- PCDOB-ALA VERMELHA. Autocrítica (1967-1973), janeiro de 1974.
- DOIMO, Ana Maria. A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- FORTES, Alexandre e SALES, Jean (orgs.). A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar: movimentos sociais, repressão e poder local. Curitiba, Editora Prismas, 2016.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- RIBEIRO, Adriana Maria. Todo comunista tem de ir aonde o povo está. As experiências de inserção política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense (RJ) na década de 1970. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SOUZA NETO, João Pedro de. Entrevista concedida à autora em 15 de julho de 2011.

Uma versão ampliada deste texto foi publicada em FORTES, Alexandre e SALES, Jean (orgs.). A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar: movimentos sociais, repressão e poder local. Curitiba, Editora Prismas, 2016.

Adriana Maria Ribeiro Moradora da Baixada Fluminense, egressa da escola pública de periferia, professora da rede pública estadual do Rio de Janeiro, bacharela e licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense, mestra e doutora em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

ASSIM SE PASSARAM AQUELES ANOS

Ewerson Cláudio de Azevedo



O movimento de associações de moradores foi muito forte do final da década de 1970 até meados dos anos 1990. Nas principais regiões metropolitanas do país, as associações de bairros – principalmente periféricos, mas também nos de classe média – foram protagonistas de muitas lutas. O início desse ascenso coincidiu com a retomada da oposição aberta ao regime militar implantado em 1964. Ao lado de campanhas gerais como “Contra a carestia”, por “Liberdades democráticas”, onde se destacaram a luta por “Anistia ampla, geral e irrestrita” e as primeiras greves mais amplas de metalúrgicos, professores e bancários, o movimento de bairro teve o seu papel.

É dentro desse período histórico que queremos analisar as associações de moradores, em particular na Baixada Fluminense, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Essas reflexões são fruto da experiência prática vivida no MAB (Movimento Amigos de Bairro), de Nova Iguaçu, que, na época, incluía Mesquita, Belford Roxo, Queimados e Japeri; na FAMERJ (federação estadual) e, devido à proximidade territorial, com o MUB (Movimento União de Bairros), de Duque de Caxias, e a ABM (Associações de Bairro de Meriti), de São João de Meriti.

Num espaço de tempo relativamente curto, a Baixada Fluminense e a Zona Oeste da capital do Rio de Janeiro – à exceção das favelas, as áreas mais carentes do Grande Rio

– tinham um movimento forte e representativo, com algumas dezenas de associações. Mesmo a fundação da FAMERJ, a federação estadual, que foi fundada com pouca representatividade (apenas seis associações), logo depois conseguiu aglutinar o que surgiu nos diversos municípios. Isso era um indicativo de que a conjuntura da época favorecia o surgimento de entidades que iriam rapidamente se firmar naquele palco político.

No período de protagonismo desse movimento (fins dos anos 1970 a meados dos anos 1990), iremos analisar quatro aspectos: a) suas bandeiras gerais; b) a percepção por parte da sociedade em relação às associações de moradores; c) eixo básico de reivindicações e d) espectro político-ideológico do movimento; durante as fases de ascenso, ápice e descenso no período analisado.

I - Período de ascenso

Esse primeiro período caracterizado pela rápida expansão das associações de moradores foi até a época das eleições de 1982 – a primeira eleição após o fim do bipartidarismo (ARENA e MDB) imposto pelo regime militar. Nesse intervalo as principais características do movimento foram:

a) Bandeiras gerais

Período de declínio e impopularidade do regime militar, que mesmo mantendo algumas iniciativas vinha cedendo espaço à oposição burguesa e à esquerda. Assim, do ponto de vista geral, os setores populares carregavam uma bandeira unificada (“abaixo a di-



Passeata do MAB durante o governo Paulo Leone (1983 - 1988)

tadura”), ainda que houvesse divergências em aspectos menores, como o momento da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte ou as disputas em torno da adesão aos partidos à esquerda recém-formados (PT e PDT) ou permanência no PMDB de partidos proibidos de se legalizarem, como o PCB e o PCdoB. A luta pela derrubada da ditadura facilitava a intervenção unificada dos movimentos populares;

b) Percepção da sociedade em relação ao movimento

O descrédito do regime militar, em contrapartida, nutria as entidades populares de enorme credibilidade e simpatia. Mesmo com maior destaque para o movimento sindical, em especial para os operários do ABC paulista, a visibilidade das associações de moradores no campo progressista era enorme; fosse na população de um modo geral, em segmentos da esquerda ou mesmo na burguesia liberal, todos respaldavam as iniciativas do movimento de bairro, criando com isso um clima altamente favorável ao crescimento dessas entidades (principalmente em regiões periféricas, onde o ressurgimento do movimento sindical era mais lento);

c) Eixo básico de reivindicações

As reivindicações do movimento associativo eram as mais amplas possíveis no que diz respeito à qualidade de vida nos bairros. Respondendo ao alto grau de miséria das camadas populares, a luta era por tudo quanto fosse possível, porém, existia um eixo básico dessa plataforma de reivindicações específicas: a participação popular nas decisões governamentais. A truculência e impopularidade de administrações do tipo Chagas Freitas, governador “biônico” (indicado ao invés de eleito) do RJ; prefeitos igualmente biônicos (da capital e de Duque de Caxias); bem como de outros prefeitos marionetes do regime militar - facilitavam esse anseio de participação;

d) Espectro político-ideológico do movimento

As legítimas disputas de rumos no interior dessas entidades, mesmo considerando a unidade em torno do “abaixo a ditadura”, não foram pequenas. As diferenças de concepção, tática, método e prática proporcionaram enormes embates entre as tendências de pensamento que atuavam nos movimentos. Todavia, essa disputa de propostas se dava basicamente dentro do campo dos setores populares. Agentes diretos de governos, de empresários ou ativistas notadamente fisiológicos não disputavam posições políticas e ideológicas dentro do movimento, o qual apresentava um leque que podia ser considerado de esquerda do ponto de vista mais geral da sociedade. Embora o movimento de bairro não tivesse uma característica intrínseca de classe, reunindo bairros periféricos e de classe média, suas pautas eram nitidamente de cunho popular, por democracia com participação direta, por justiça social e, num sentido mais geral, anticapitalista.

II - O ápice do movimento

A derrota fragorosa do PDS (Partido Democrático Social) – o partido do regime militar que substituiu a ARENA – nas eleições de 1982 traria novas questões para o movimento popular. A ascensão de governadores de oposição do PMDB e do PDT, como Franco Montoro (SP), Tancredo Neves (MG) e Leonel Brizola (RJ), junto com o acelerado desgaste do presidente-general, João Batista Figueiredo, seria significativa para as associações de moradores. Assim, passaremos a analisar o movimento no período que vai de 1983 a 1988, naqueles aspectos que já analisamos no período anterior.

a) Bandeiras gerais

A intervenção unitária dos movimentos sociais na conjuntura nacional tornou-se mais complexa. Surgiram questões como qual o comportamento correto frente a governos progressistas

de oposição ao regime militar, como os de Leonel Brizola no estado do RJ ou de prefeitos do PDT e do setor progressista do PMDB. O dilema apoio-independência-oposição tornou-se um divisor de águas no interior do movimento, complicado ainda mais com questões concretas que surgiram na conjuntura geral, como a do Colégio Eleitoral (eleição indireta de Tancredo Neves para Presidente da República em janeiro de 1985); da Nova República (posicionamentos frente a políticas do governo José Sarney, vice-presidente empossado após a morte de Tancredo Neves). Mesmo sem entrar no mérito dessas questões, obviamente elas serviram como complicadoras de uma ação geral unificada;

b) Percepção da sociedade em relação ao movimento

“Vou governar com as associações de moradores”. Esta afirmação de Leonel Brizola em março de 1983 no Ginásio do Olaria (no encontro do governador recém-eleito com cerca de oito mil representantes de associações de moradores), independentemente da real intenção e prática do governante, foi mais do que simples retórica. Ela sinalizou o consentimento “institucional”, o incentivo e a conveniência da participação nas associações de moradores. Para uma parcela da população – revoltada, descrente, mas também com o anseio de resolver as carências de seus bairros – o governador “tinha mandado” participar. Assim, ocorre a inserção de enormes contingentes de massas nas associações de moradores, porém, nesse mesmo período, também se multiplicam os instrumentos e mecanismos de organização popular, diluindo, no caso do Rio de Janeiro, de certa forma, o foco nas associações de moradores enquanto instrumento específico de luta nos bairros periféricos. O movimento de bairro crescia, mas dividia as atenções da sociedade com outros tipos de movimento;

c) Eixo básico de reivindicação

Os governos estaduais e municipais eleitos em 1982 pelos partidos de oposição não melhoraram a qualidade de vida dos setores populares de uma hora para outra, porém, acenaram com a tão esperada participação popular, ainda que mais como intenção do que na prática. O saneamento básico e o transporte coletivo, por exemplo, não foram resolvidos, contudo, foram montadas inúmeras comissões com integrantes do governo, associações de moradores e setores temáticos específicos (patronais e de trabalhadores) tratadas a cafézinho e água gelada. O movimento, que obviamente não podia recusar a proposta de diálogo, depois, não conseguiu se desvencilhar quando as negociações passaram a se revelar, na maioria das vezes, infrutíferas. A reivindicação central do período anterior do movimento – participação popular nas decisões – foi, em parte ou aparentemente, atendida e esvaziada pelos governos e, mesmo percebendo a limitação desses mecanismos de diálogo, as associações de moradores não conseguiram estabelecer formas de luta para superar o impasse. As passeatas, fechamento de pistas e outras atividades utilizadas desde a década anterior foram, com raras exceções, dobradas pelos governos, indicando o esgotamento ou limitação dessas formas de luta;

d) Espectro político-ideológico do movimento

O incentivo aberto à participação nas associações e a percepção por parte dos políticos tradicionais de que o movimento também era um espaço para se desenvolver o clientelismo fez com que o leque político das entidades se abrisse ainda mais. A esquerda e os setores populares passaram a dividir o palco das lutas políticas do movimento associativo com representantes do próprio governo e agentes do fisiologismo, dispersando ainda mais a intervenção coletiva dos

movimentos; sendo natural, como consequência, que o grau de consciência e politização em relação aos projetos mais gerais de sociedade ficasse mais diluído, indo em direção a um sentimento pragmático, que indicava uma aproximação com quem podia “resolver o problema do meu bairro” e não apenas ficar apontando, ainda que corretamente, as causas e soluções desse problema.

III - Período de descenso, a partir de 1989

Esse último período coincide, contraditoriamente, com a consolidação da democracia no Brasil, sob a égide da nova Constituição, proclamada em 5 de outubro de 1988; com a leva de novas administrações municipais, eleitas em novembro de 1988; e também impactada, primeiro, pela inédita disputa presidencial direta no pós-1964 (com dezesseis candidaturas!) e, depois, pelo início do conturbado e curto mandato do presidente Fernando Collor de Melo.

a) Bandeiras gerais

Os projetos políticos que se gestaram no interior da esquerda ao longo do período de transição entre o regime militar e a Nova República se consolidaram. Diferentes estratégias e táticas resultaram, definitivamente, em análises de conjuntura que impossibilitaram bandeiras gerais que unificassem os diversos setores políticos do movimento popular. Superada a ditadura do regime militar, a defesa da Nova República (como foi chamado o período entre 1985 e 1989) não era consenso. Setores da esquerda atuavam na oposição e também na defesa – com participação em cargos, inclusive – do governo Sarney.

Cabe ressaltar que, mesmo sem bandeiras unificadas, movimentos sociais tiveram importante papel na mobilização pelas propostas populares na Assembleia Nacional Constituinte – que, mesmo não sendo “exclusiva”, como defendia inicialmente a esquerda, funcionou, entre 01/02/1987 e

22/09/1988, com parlamentares eleitos/as em novembro de 1986. A FARMERJ realizou congresso estadual específico para elaboração de propostas para a Constituinte oriundas das associações de moradores, tendo grande participação da base do movimento;

b) Percepção da sociedade em relação ao movimento

A burguesia progressista, de amiga simpática das associações de moradores no final da década de 1970, passou a ser governo e a disputar abertamente a influência dentro dos movimentos. Com isso, é evidente que a visibilidade das entidades não foi mais respaldada por esses setores (que sempre tiveram grande acesso aos meios de comunicação). No caso do Rio de Janeiro, existe um outro fator: é nesse período – a segunda metade dos anos 1980 – que o movimento sindical combativo conquistou diversos sindicatos, como Bancários do Rio e da Baixada Fluminense, Ferroviários, Metalúrgicos, Aeroviários, Químicos, Economistas, Comerciais de Nova Iguaçu e região etc. Isto fez com que grande parte do centro das atenções se transferisse do movimento de bairro para o movimento sindical, diminuindo a visibilidade das associações de moradores. A consolidação de partidos de esquerda também contribuiu para a diminuição do contingente (do ponto de vista da qualidade, principalmente) de ativistas do movimento de bairro;

c) Eixo básico de reivindicações

No caso do Rio de Janeiro, a esquerda não conquistou prefeituras no Grande Rio nas eleições de 1988 – de destaque, somente Juarez Antunes (PDT), em Volta Redonda, e Neurobis Nagae (PT), em Angra dos Reis. Os governos do Grande Rio e o estadual continuaram dobrando o movimento no sentido do não atendimento das reivindicações básicas. Por outro lado, independentemente do grau de intensidade da combatividade, os diversos setores de esquerda do

movimento não conseguiram traçar uma linha de ação eficaz contra esses governos, capaz de mobilizassem permanentemente a população. É evidente que existiam diferenças nítidas entre esses setores, mas essas diferenças ficaram muito mais no plano geral do que no plano prático. Assim, foi ficando cada vez mais difícil encontrar um eixo básico de reivindicações que conseguisse unificar o movimento associativo;

d) Espectro político-ideológico do movimento

No aspecto da disputa de projetos gerais de sociedade no interior das entidades, o quadro desse período foi praticamente igual ao período anteriormente analisado, tendo até se agravado. O leque ideológico na base do movimento foi se ampliando, passando a ser nítida a disputa feita, direta ou indiretamente, por governos locais e vereadores clientelistas em relação ao comando das associações. A expansão territorial do crime organizado – tráfico, milícia e formas similares que já existiam, especialmente na Baixada Fluminense – o levou a disputar espaço não apenas com, mas também no interior dessas entidades, pelo menos em bairros com situação mais crítica em relação à segurança pública.

Assim, foi se consolidando uma nítida redução da presença dos setores ideológicos à esquerda na base do movimento de associações de moradores – o que, às vezes, ainda não é refletido nas direções gerais de entidades federativas – em detrimento de setores ideológicos que reproduzem a lógica capitalista, o clientelismo etc.

Foram muitos fatores que contribuíram para o que se pode caracterizar como o descenso do movimento associativo nos bairros. Além do que já levantamos, podemos acrescentar o “advento das ONGs”, entidades que já existiam no cenário brasileiro, mas que tiveram uma expansão acelerada na década de 1990. Parte das ONGs, ao tratar de lutas específicas, acabou exer-



3º congresso do MAB, Nova Iguaçu, 1983

cendo uma parcela do papel das associações de moradores. Note-se que uma ONG não necessariamente precisa ter sua representatividade legitimada por um coletivo de pessoas interessadas que se reúne regularmente – um pressuposto da associação –, permitindo que indivíduos substituam coletivos.

De toda forma, independentemente do fenômeno das ONGs, as formas de organização da sociedade civil foram se diversificando cada vez mais, e houve uma tendência geral a que movimentos específicos de determinadas lutas tivessem protagonismos, não só em temas como raça e gênero, mas também em lutas como educação, saúde, mobilidade urbana etc.

Outro fator que contribuiu para a dispersão do trabalho territorial de base foi o crescimento das entidades gerais (em todos os tipos de movimento) e a chegada, em maior volume, nos aparatos de Estado, desde a escala municipal até a federal. Isso se acelerou a partir dos anos 1990 e implicou que centenas de militantes que atuavam em movimentos passassem a ocupar cargos da administração pública. Sem entrar na avaliação dos aspectos positivos e negativos desse fator – por sua abrangência e com-

plexidade –, no mínimo, constatamos, na falta de uma rápida política de reprodução de lideranças, de formação, criou-se um vazio nas bases e mesmo nas direções de inúmeros movimentos sociais.

Para finalizar, lembro-me que na década de 1980 a vanguarda do movimento de bairro do RJ questionava a militância de São Paulo porque, lá, eles não disputavam a retomada das SABs (Sociedade Amigos de Bairro), criadas na década de 1950 e que sempre foram ligadas às prefeituras. Eles respondiam que essa disputa era impossível de se fazer e que, por isso, articularam outras formas de lutas, como os Conselhos temáticos (de transporte, de saúde etc.). Hoje, vendo boa parte das associações de moradores aqui no RJ, consigo entender o que a militância de São Paulo falava.

Um aprendizado que devemos ter é que formas de organização não são um fim em si mesmas, mas instrumentos e ferramentas de luta, e, como tais, não são perenes, e devem corresponder às necessidades de seu tempo.

Ewerson Cláudio de Azevedo Produtor Cultural, colaborador da Revista Socialismo & Liberdade, membro da Executiva Estadual do PSOL-RJ e do DM Mesquita-RJ.

SÃO JOÃO DO MERITI: desenvolvimento social

Juliana Drumond



Nossa análise se debruça sobre São João de Meriti ou São João Batista de Meriti ou ainda São João Batista de Trairaponga. Considerado o “formigueiro das Américas”, pois até bem recentemente era a segunda maior densidade demográfica (13.024,56 hab/km²) da América Latina, o município tem uma população estimada em torno de meio milhão de habitantes. Segundo o IBGE, a partir do censo de 2022, a estimativa é de 440.962 pessoas. Município jovem, emancipou-se de Duque de Caxias em 21 de agosto de 1947.

Esse jovem município, antes de construir-se como tal, já era um território que se colocava, que se organizava de modo coletivo nas lutas por uma melhor vivência local. E justamente por isso, chama a atenção que ainda hoje continuem a existir as reivindicações de décadas atrás; por água, saneamento, acesso à educação e saúde, por exemplo. Vale dizer que, ainda hoje, mais de 86 mil habitantes do município se encontram expostos em área de risco a inundações, enxurradas e deslizamentos.

Nasce uma cidade

Percebemos a presença da esquerda já na formação do município. Na primeira composição da Câmara Municipal eram quatro vereadores comunistas num total de treze. Não por acaso, a criação dos novos municípios São João de Meriti e Nilópolis, já no final da Era Vargas, é vista pelo Diário Carioca no centro das disputas políticas. Os municípios fluminenses vizinhos à capital do país são considerados como comunistas, apresentados como “vermelhos” pelo jornal.



A publicação da matéria “O cinturão vermelho” chama muito a atenção, em especial pelo fato de sinalizar que é deste território, hoje Baixada Fluminense, que saía a maior parte dos trabalhadores que faziam o centro comercial e industrial do estado funcionar. Entender este território como aquele que fornece a mão de obra que garante que o centro do estado funcione é fundamental. Assim como se faz pertinente olhar para esses trabalhadores e trabalhadoras a partir das suas necessidades. Dessa maneira, Knopp discute a questão do clientelismo e assistencialismo característicos do período em questão. Nos chama a atenção também a eleição dos vereadores “comunistas”; como a disciplina da organização comunista se coloca como estratégia para a eleição de seus representantes, assim como para a sua aproximação com a realidade e anseios da classe trabalhadora.

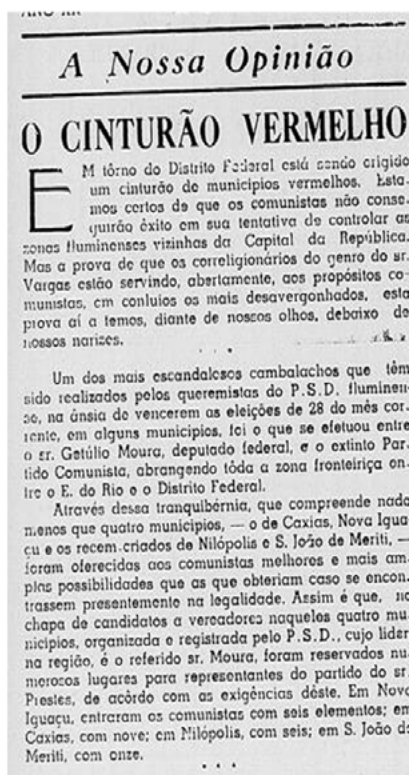
Carmen Bastos e Dauta Joubert estiveram ligadas aos movimentos territoriais do bairro do Éden e atuaram no movimento de mulheres. Carmen Bastos foi eleita vereadora e Dauta Joubert entrou como suplente. As uni-

cas mulheres eleitas naquela primeira legislatura eram mulheres comunistas. A disputa foi marcada ainda pela presença de mais duas mulheres: Maria do Carmo Maciel e Elza Fontes Caravana. Vale notar ainda que, devido ao contexto de ilegalidade do Partido Comunista (PCB), em São João as duas vereadoras, assim como os demais comunistas eleitos, haviam sido abrigadas pela legenda do PSD. A folha feminista e comunista, ligada ao PCB, publicou no dia 01 de outubro de 1948, na coluna "Movimento Feminino nos Estados", o discurso de posse da primeira vereadora eleita de São João de Meriti.

Em seu primeiro discurso, Carmen mostra o quão importante é o seu assento na cadeira de vereadora para o movimento de mulheres. Comunista, não deixa de se posicionar sobre a conjuntura nacional e demonstra alinhamento ideológico com a defesa da soberania brasileira diante da investida dos Estados Unidos sobre as relações econômicas com o Brasil no pós Segunda Guerra. Ainda no ano de 1948, Carmen Bastos se tornou 1ª secretária da Câmara de Vereadores.

Suplente para o cargo, a segunda mulher a assumir assento na legislatura foi Dauta Joubert. Identificada como doméstica pelos periódicos da época, Dauta trabalhou como telefonista. Mulher bem letrada e de bastante conhecimento político, atuou em defesa de suas ideias comunistas mesmo durante o fechamento do regime, organizando o Comitê Municipal do Partido Comunista, por exemplo, e chegando a ser presa em 1970.

Nas legislaturas seguintes, as mulheres também estiveram presentes. Na segunda legislatura foram eleitas Antonieta Colluci Medici, Pricilliana Muniz da Rosa e Sara Marins Fontes D'Ávila. A trajetória de Sara chama bastante atenção por ter sido reeleita três vezes consecutivas e logo depois, ter elegido sua filha como vereadora. Maria Lúcia D'Ávila Pizzolante, eleita em 1971, foi a primeira mulher a assumir a Presidência da Câmara de Ve-



Editorial do jornal Diário Carioca comenta a eleição de vereadores comunistas no recém-fundado município de São João de Meriti

readores, quando coordenou a discussão sobre o pedido de impeachment do então prefeito Alair Moreira Dias.

Advogada e jornalista, Maria Lúcia foi uma grande liderança do movimento pró-Divórcio, de caráter nacional, que teve suas conquistas possibilitadas pela mobilização social, em especial das mulheres. Num cenário onde a Igreja Católica ia às ruas contra o divórcio, Maria Lúcia foi grande protagonista e articuladora da luta pelo direito das mulheres, fazendo as demandas chegarem à capital do país, Brasília.

Na década de 1960, tivemos uma mulher ocupando pela primeira vez o cargo mais alto do executivo. Educadora, mãe, avó, com grande projeção na política local, Alzira dos Santos da Silva foi vereadora, vice-prefeita e chegou a assumir o posto de prefeita. Percebemos algumas divergências sobre a trajetória política e pessoal de Alzira. Ela foi professora e diretora do Grupo Escolar Murilo Braga, diretora da Associação Brasileira de Assistência e, posteriormente, diretora da Legião da

Estão, assim, os adeptos do sr. Prestes, à vontade para realizarem o seu programa, que é, como se sabe, o de empalmar o comando municipal de toda a zona fluminense que circunda o Distrito Federal. É que parte de tal zona, como é sabido, o abastecimento daquela para toda a população carioca, e por ela passam todas as linhas de transmissão de força e luz e também todas as estradas de rodagem e de ferro que ligam o Distrito Federal aos demais Estados da União. Ainda na referida zona é que está estabelecida a pequena lavoura, que abastece a metrópole, sendo ali que residem 70 a 80% dos operários trabalhando dentro do Distrito Federal.

Ai temos os comunistas, que lograram impor ao P.S.D. que seu candidato à própria Prefeitura de Nilópolis fosse um elemento saído de suas hostes — o sr. Jaime Filgueiras, — ai os temos, pois, na posse de tudo aquilo que desejavam para a realização do plano estratégico que compreende o controle municipal da citada zona fluminense.

Nada falhou, nos conchavos com o aludido Moura. Em troca de votos, que não darão senão aos seus próprios candidatos, conseguiram, por assim dizer, a legalização do seu extinto partido, através, justamente, do partido do presidente Dutra!

Evidentemente, julgam os amoralistas que nada mais é possível fazer já às vésperas das eleições. Os candidatos se encontram todos registrados, e tudo foi mantido em segredo até o último momento.

Entretanto, não resta a menor dúvida que o sr. presidente da República, o sr. governador do E. do Rio, a direção nacional do PSD, os partidos políticos, a Igreja, a imprensa, a opinião pública em geral ficam advertidos quanto ao acintoso projeto do queremismo-pesquista fluminense, que não trepida em trair a causa anti-comunista, em que tão empenhado se mostra o governo, para obter os votos do eleitorado vermelho.

Boa Vontade (LBV). Sua chegada a São João de Meriti esteve vinculada ao seu trabalho na educação. Como diretora do Grupo Escolar Murilo Braga, não se furtou de denunciar a falta de investimento público, o abandono e a necessidade de mais funcionários.

Ainda refletindo sobre o cenário de atuação das mulheres na política no período, vale notar que a primeira vereadora de um município do estado do Rio de Janeiro foi Carmelita Brasil, que compunha a Câmara de Nova Iguaçu e era de Meriti. Carmelita Brasil Monteiro assumiu a legislatura em 1947 pelo PSD, no município de Nova Iguaçu. Servidora pública no mesmo município, teve uma atuação marcada pela luta em prol da educação e das professoras. Altiva, os relatos sobre ela a identificam como uma mulher de personalidade forte, que não se isentou de confrontar diretamente colegas de plenário.

Carmelita não teve destaque apenas na política. Foi pioneira também na cultura popular brasileira. Aman-

te do carnaval, foi responsável pela fundação da escola de samba Unidos da Ponte, da qual foi presidenta e escritora de diversos sambas. Num período em que o acesso de mulheres aos espaços de poder era negado, Carmelita os ocupou na política e no samba. Foi a primeira mulher a presidir uma escola de samba, assim como precursora nos escritos de samba-enredo feito por mulheres.

Violência e violação de direitos

A Baixada Fluminense, historicamente marcada por sucessivos governos que mantêm a política de abandono territorial, estigmatizada pela pobreza e violência, tem por direito a recuperação da sua história pública. Reduto das ações dos movimentos sociais durante os anos de chumbo, foi também pioneira nas lutas por espaço dos grupos sociais minoritários. A cidade sobre a qual nos debruçamos nos possibilita avançar um pouco mais nas características e especificidades do antigo Recôncavo da Guanabara, a atual Baixada Fluminense (BXD, para os mais íntimos).

São João de Meriti nasce com suas disputas políticas marcadas por diversas expressões de violência já nas primeiras legislaturas. Na segunda legislatura, a cidade pôde ver como as coisas nessas disputas se resolveriam na bala. O vereador João Alves Martins foi assassinado pelo seu companheiro de tribuna, Osvaldo Marcondes de Medeiros, na porta da Câmara de Vereadores. Fato que, segundo Arlindo de Medeiros, chocou profundamente a cidade. Pelo que podemos ver através da notícia, esse clima violento não seria um momento isolado e sim algo recorrente naquela casa legislativa.

Outro caso que chamou muita atenção e colocou São João na imprensa por conta de violência política foi o assassinato do vereador Sérgio Luiz da Costa Barros no final da década de 1990. O cenário de crime se dá na disputa pela presidência da

câmara, sendo o acusado de mandar matar Sérgio Luiz o então presidente, o vereador Claudio Heleno dos Santos Lacerda. Vale dizer que, mesmo sendo acusado e condenado, Claudio Lacerda não se afastou da política, chegando a ocupar o cargo de secretário de Esportes. Ainda hoje, após ter respondido por outras acusações, dentre elas peculato, o ex-vereador se mantém com bastante influência no poder local; mantendo-se nos bastidores e tendo conseguido eleger como suplente na legislatura de 2020 sua esposa, Andreia Lacerda, que assume o mandato em 2023.

**A violência
no território
da Baixada
Fluminense
não ameniza
no pós-
ditadura;
ela se
reconfigura**

Caso recente, mas que elucida a perpetuação nessa ligação entre violência e poder, foi a prisão do vereador Davi Perini Vermelho, o Didê. O vereador, preso por desvio de dinheiro na venda de respiradores durante a pandemia de Covid-19, à época já estava ligado a outros crimes. Bombeiro reformado, o vereador precisou explicar para a justiça a base para o seu enriquecimento, assim como também respondia por possível ligação com associação criminosa e distribuição de sinal de TV clandestino. Em outras palavras – nossas, no caso –, o vereador respondia por associação à milícia e cobrança do serviço de gatonet.

Assim como no caso anterior, o vereador não sofreu nenhum revés político e jurídico pelos crimes cometidos. As relações políticas na Baixada Fluminense se construíram e se constroem na base da violência, na bala, no extermínio; como também foram marcadas por diversas expressões de violência já nas primeiras legislaturas. Para o sociólogo José Claudio Souza Alves, violência e poder na Baixada Fluminense se consolidam conjuntamente. Seu trabalho mostra como as disputas de poder se dão por meio e com o apoio da ação dos grupos de extermínio. Nomes já conhecidos, aqui, aparecem nessas articulações, como Arruda Negreiros e Tenório Cavalcanti. Chama a atenção no seu trabalho como o modo de fazer poder através da violência vai ser reinventado, se articulando e ganhando requintes institucionais para que se mantenham e haja reprodução dos seus espaços de poder ao longo das últimas décadas.

O sociólogo demonstra, ainda, como a ditadura militar serviu para consolidar essa intersecção entre violência e poder na Baixada Fluminense. Percebemos, através do seu trabalho, que quanto mais o regime recrudescia, mais aumentava o número de homicídios na região.

Na Baixada Fluminense, a Igreja Católica foi responsável por abrigar, proteger e formar importantes quadros políticos que estiveram na resistência contra o regime. Já mencionado em diversos estudos, Dom Adriano Hipólito foi uma dessas importantes lideranças. Rememoro também Dom Mauro Morelli, que, com grande atuação na Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, chega por aqui na década de 1980 e cumpre um papel fundamental na organização dessas articulações. Dom Mauro teve papel fundamental na articulação dos movimentos sociais em São João de Meriti a partir da sua Igreja Católica.

A discussão sobre a atuação dos movimentos sociais na ditadura tem avançado cada vez mais. Estudos recentes, como o de Marize Conceição, e

iniciativas como a da editora Dandara têm buscado trazer luz à atuação dos movimentos e militantes negros durante a ditadura.

A FAFERJ (Federação de Favelas do Estado Rio de Janeiro) tem dialogado com a sociedade e com a academia trazendo luz às perseguições e violências enfrentadas durante esse período. Estudos sobre essa época têm se debruçado a discutir como o espaço das periferias estava na mira da ditadura, colocando-as, na mesma proporção, em oposição ao regime. Fato é que a ditadura militar maculou diversas trajetórias e movimentos por todo o país, assim como na Baixada Fluminense, e o povo preto não ficou ileso a essas violações.

A violência no território da Baixada Fluminense não ameniza no pós-ditadura; ela se reconfigura. José Claudio Alves destaca como, ao longo das décadas, os grupos de extermínio vão qualificando seu *modus operandi*. O sociólogo mostra uma mudança no perfil dessas organizações a partir da década de 1990, no modo como elas lidam com as novas realidades do tráfico organizado e com o poder paralelo das milícias. Ainda sobre os dados da violência na Baixada Fluminense, José Claudio Alves aponta uma característica sobre o *modus operandi* da violência no território que é o desaparecimento dos corpos, e como a mídia vai exercer um papel muito importante a respeito da visibilidade que toda essa violência tem ou não. Segundo os dados do ISP (Instituto de Segurança Pública), no ano de 2020 e no primeiro semestre de 2021, a polícia matou mais pessoas na Baixada Fluminense do que nas suas incursões na capital, cidade do Rio de Janeiro.

A importância das organizações pretas na construção do território

São João de Meriti tem a sua história marcada pela resistência e presença negra. Desde a territorialidade marcada pela presença de quilombos, assim como a forte presença de ter-

reiros de Umbanda e Candomblé. Segundo Flávio Gomes, o Recôncavo da Guanabara (território que hoje entendemos como Baixada Fluminense) fez parte de alguns capítulos na história de organização dos quilombos durante o período da escravidão.

A experiência da diáspora fez com que o povo preto vindo de África construísse tecnologias de sobrevivência no território que hoje habitamos. Forjadas na experiência dos navios tumbeiros, na diversidade religiosa encontrada nos quilombos, nas tecnologias de comércio para sobrevivências, nos gritos de dores transformados em música e dança, nas irmandades negras etc. Esse povo diverso, que tinha em comum a expropriação de seu corpo, sua fé e o exaustivo uso gratuito da sua força de trabalho construiu e reconstruiu diversas formas e maneiras de sobreviver e resistir – tecnologias.

Dentre as várias tecnologias de re(existência) na jornada de construção do povo afro-brasileiro, destacamos os terreiros. As primeiras organizações de terreiros como conhecemos hoje se deram na Bahia, ainda no século XIX. A construção da identidade do povo de Axé vai se desenvolvendo no Rio de Janeiro, em meio às diversas perseguições enfrentadas nas décadas de 1930 e 1940. Essas perseguições também influenciaram para que os terreiros fossem ficando cada vez mais longe dos grandes centros. Movidos tanto pela necessidade de contato com a natureza quanto pelo acesso mais fácil à posse dos terrenos ou pela distância da repressão, os terreiros foram se enraizando nos territórios da Baixada Fluminense.

Nesse sentido, perceber esses espaços religiosos de matriz africana para além da conexão com o Sagrado e enxergá-los como espaços de construção de sociabilidades no território contribui para percebê-los como espaços fundamentais para a manutenção e construção da identidade de um povo que vivenciou a experiência do cativo e conseguiu construir possibili-

dades de existência também a partir da sua conexão com os Orixás.

A atuação das mulheres negras, em especial, as lideranças religiosas de matriz africana, tem um papel fundamental na construção da identidade das mulheres em São João de Meriti (e do próprio território). Durante a pandemia, diversos terreiros estiveram envolvidos diretamente no combate à fome, assim como, nas enchentes vivenciadas no início do ano de 2024, esses terreiros diversas vezes abriram suas portas. Mulheres inspiradoras, com muita visibilidade, outras não, mas vale ressaltar a potência de todas elas.

Referências

- ALVES, José Cláudio Souza. Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.
- TÔRRES, GÊNESIS. São João de Meriti. In: Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. Gênesis Tôrres, organizador, - São João de Meriti, RJ: IPAHB Ed., 2004.
- BATISTA, Allofs Daniel. Onze prefeitos em onze anos: o campo político iguaçuano nas páginas do correio da lavoura (1964-1975). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. 2022.
- BEZERRA, Amália Cristina Dias da Rocha. Retratos e registros de escolas de São João de Meriti (RJ) perfil populacional e trajetórias docentes (1920-1943). doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e212, v. 22, p. 1-31, 2022.
- BEZERRA, Nielson Rosa/LAURENTINO, Eliana. Baixada Negra – escritas, identidades, práticas educativas em Diáspora. Duque de Caxias, RJ: Esteio Editora, 2022.
- DIAS, Fernando Nicholas dos Santos. Dois estudos de casos de políticas públicas em São João de Meriti: o Plano da FUNDREM (1975) e o Programa Baixada Viva/Nova Baixada (1996). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social) -Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- MEDEIROS, Arlindo de. Memória histórica de São João de Meriti. São João de Meriti: edição do próprio autor, 1958. 120p. BN/CMHSJM.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. A cidade estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense. Niterói, 2006.

Juliana Drumond *Presidenta do PSOL São João de Meriti-RJ, mãe, professora, dirigente sindical, militante da Ação Negra e doutoranda em História pela UFRJ.*

GEOGRAFIAS DA RESISTÊNCIA CLIMÁTICA EM MAGÉ (RJ): a experiência do Instituto Mirindiba de Ação Climática Popular



Carla Lubanco em conjunto com Anderson Ribeiro,
Andressa Dutra, Lyvia Leite e William Jefferson

A crise climática não se expressa de maneira homogênea. Ela é um fenômeno global que se materializa de forma desigual nos corpos e nos territórios. Há um padrão de injustiça que se repete: os territórios afetados previamente por problemas ambientais são aqueles que mais sofrem com os desastres.

Os dados do IPCC (2018) já alertavam que os impactos das mudanças climáticas seriam sentidos de forma desproporcional por populações historicamente vulnerabilizadas, como comunidades empobrecidas, povos indígenas, mulheres e países do Sul global. Em 2024, pela primeira vez, a média anual ultrapassou esse patamar de forma pontual, intensificando riscos socioambientais e aprofundando desigualdades já existentes, especialmente nos territórios com menor capacidade adaptativa. Contudo, o risco desse limite ser alcançado de forma permanente se aproxima cada vez mais.

Nesse sentido, a emergência climática não é só uma questão global, é também uma crise na cidade. Como afirma Benach et al. (2017), “a crise social que vivemos manifesta-se, em grande parte, como crise urbana”, e é nos espaços públicos que as resistências ganham visibilidade. O espaço urbano, longe de ser neutro, é um produto histórico-social, atravessado por interesses econômicos, disputas simbólicas e práticas políticas. É nessa produção desigual do espaço que a crise climática encontra terreno fértil para operar: porque, onde já existe precariedade, o impacto do desastre se torna ainda mais brutal.

A produção do espaço urbano está, então, diretamente atrelada à lógica da acumulação capitalista. Dessa forma, “um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas” (Santos, 2021, p. 24). Isso significa que os territórios não são

apenas ocupados, mas moldados conforme os interesses do capital. As políticas neoliberais, como bem analisou Benach et al. (2017), privilegiam os espaços de consumo, com investimentos concentrados em zonas de prestígio e revalorização imobiliária, enquanto a periferia segue sendo tratada como um problema, uma ausência. O espaço da cidade vira mercadoria. E o que não pode ser comprado, reformado, higienizado ou transformado em ativo financeiro é sistematicamente abandonado ou removido. É nesse contexto que emerge a ideia de que o território é, também, um campo de expropriação e de resistência.

Falar de justiça climática, portanto, é falar da radical desigualdade na forma como se distribuem os riscos e os recursos ambientais. Como afirma Acserald (2009), a desigualdade ambiental pode se dar tanto por proteção desigual quanto por acesso desigual aos bens comuns. A proteção desigual ocorre quando políticas públicas (ou



Comunidade afetada pela enchente, no bairro de Bongaba, em Magé-RJ (2020)

sua ausência) deixam comunidades vulneráveis mais expostas aos efeitos nocivos ao meio ambiente, como poluição, desastres ou ausência de saneamento. Já o acesso desigual se manifesta na negação do uso da terra, da água, do ar limpo, ou seja, direitos básicos que são transformados em privilégios. O modelo de desenvolvimento vigente impõe sobre os mais pobres a “mais-valia ambiental”: enquanto poucos acumulam riqueza a partir da exploração dos recursos naturais, muitos acumulam os impactos, a contaminação e a insegurança.

A cidade, nesse cenário, torna-se também um dispositivo de controle. Dutra (2023), em sua análise sobre racismo ambiental, afirma que o Estado opera um mecanismo de segregação territorial que aloca corpos negros e indígenas em espaços vulneráveis, marcados pela ausência do Estado e pela presença constante do risco. Esse processo se relaciona diretamente à necropolítica: quando a lógica do

poder passa a definir quem pode viver e quem deve morrer. Não se trata apenas de negligência, mas de uma política de morte planejada, que se expressa na geografia do abandono, nos bairros sem coleta de lixo, nas áreas sem defesa civil, nas comunidades que “sempre alagam”. O território, aqui, é marcador da vida e da morte (Dutra 2023, p. 84-90).

Contudo, esse espaço de disputa não é marcado apenas pela violência, mas também pela luta. A justiça climática não nasce nos relatórios ou nas conferências internacionais, ela nasce na resistência cotidiana daqueles que mais sofrem com esse modelo que apropriou a vida de humanos e mais que humanos, onde o Estado não chega. Quando falamos em soluções para a crise climática, não podemos cair na armadilha de pensar que resiliência é adaptação passiva. Como discutem Benach et al. (2017), o uso excessivo e acrítico do termo “resiliência” pode reforçar uma lógica de responsabilização

da vítima, como se bastasse se adaptar às catástrofes, sem enfrentar suas causas. Resiliência, para aqueles que lutam, precisa ser para a transformação social, e não apenas para adaptar-se à dura realidade que lhes é imposta.

Louback (2024) aponta que o conceito de justiça climática só foi reconhecido oficialmente no Acordo de Paris, em 2015, mas já vinha sendo reivindicado por movimentos sociais desde os anos 1990, em especial pelas comunidades impactadas pela indústria do petróleo. A ideia central é clara: aqueles que historicamente causaram o desequilíbrio climático devem arcar com os custos de enfrentá-lo. Não se trata de caridade, mas de responsabilidade histórica. No Brasil, onde a desigualdade é estruturante, pensar justiça climática significa também enfrentar o racismo, o patriarcado e o extrativismo que moldam nosso modelo de desenvolvimento.

A luta por justiça climática convoca, então, uma articulação de escalas:

do global ao local, da política climática à política urbana, da ciência ao cotidiano. A cidade é onde os impactos se concentram, mas também onde as soluções precisam começar. Pensar em cidades justas implica colocar o território no centro das políticas climáticas, reconhecendo sua complexidade, seus sujeitos e suas potências. Significa romper com a lógica de que o desenvolvimento de uns depende da degradação dos outros. E, sobretudo, significa afirmar que justiça climática não é um tema técnico, mas um campo de disputa por vida, dignidade e futuro.

Localizado na Baixada Fluminense, o município de Magé apresenta um dos contextos socioambientais mais críticos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Com cerca de 228 mil habitantes, dos quais 69% se autodeclararam negros, a cidade registra baixíssimos índices de saneamento: 0% da população conta com acesso a coleta e tratamento de esgoto, enquanto apenas 19,8% dispõe de abastecimen-

to regular de água. Além disso, 67% dos domicílios da cidade estão localizados em áreas suscetíveis a inundações, possuindo o maior percentual da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Casa Fluminense, 2024a).

Esses dados revelam que Magé não apenas sofre com o abandono histórico de políticas públicas estruturantes, mas também exemplifica a territorialização da injustiça ambiental, deixando sua população mais vulnerável aos eventos climáticos extremos. Quando a crise climática se acirra, como em 2024, ano mais quente já registrado pela ONU, com média global de 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais (ONU, 2024), são esses territórios que enfrentam, com mais dureza, os efeitos dos desastres: enchentes mais frequentes, ilhas de calor, contaminação hídrica, perda de moradias, insegurança e fome. Um exemplo disso ocorreu em fevereiro deste ano, quando um trem do ramal Guapimirim descarrilou e tombou em Magé,

devido aos trilhos terem atingido os anormais 70°C de temperatura, revelando mais uma vez a precariedade da infraestrutura urbana e os riscos enfrentados por populações periféricas (G1 Rio de Janeiro, 2025).

Essa vulnerabilidade climática não é uma consequência natural, mas o resultado direto de um modelo de desenvolvimento que produz desigualdade. Segundo os dados da Casa Fluminense (2024b), Magé está entre os municípios com piores indicadores de justiça climática, racial e de gênero. Há um elevado percentual de mulheres negras vivendo em domicílios improvisados ou inadequados, um déficit de políticas de saneamento e moradia, além da presença significativa de comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais, que enfrentam os impactos da crise sem apoio institucional.

Assim, pensar o caso de Magé exige compreender a cidade como um território atravessado por múltiplas



© Lyvia Leite

Mostra de Saberes: Alternativas para Adiar o Fim do Mundo (2024) - Instituto Mirindiba em parceria com a Amazônia de Pé

formas de expropriação: econômica, ambiental, racial, de gênero e climática. Como afirmam Benach et al. (2017), os movimentos sociais urbanos são impulsionados pelas condições que atravessam a vida urbana, e lutam por um espaço democrático onde possam se expressar e decidir sobre o uso dos bens comuns produzidos socialmente.

É nesse contexto que nasce, em 2022, o Instituto Mirindiba de Ação Climática Popular, como resposta organizada da juventude periférica ao colapso climático. O Instituto surge a partir do Fórum Climático de Magé¹, o primeiro movimento popular da cidade voltado exclusivamente para a pauta climática. Sua primeira grande mobilização foi a realização do 1º Fórum Climático de Magé (FOMA), em janeiro de 2023, reconhecido no Guia para Justiça Climática da Casa Fluminense (2023) como uma das primeiras ações populares sobre o tema na Baixada Fluminense. Esse evento reuniu lideranças comunitárias, juventudes, educadores e ativistas para debater os impactos das mudanças climáticas nos territórios e propor alternativas baseadas na justiça socioambiental. O FOMA ainda produziu uma carta-manifesto que foi entregue na prefeitura de Magé, com todas as reivindicações realizadas pela sociedade civil.

Deste modo, como afirma Bringel (2007), ao reivindicar seus referenciais territoriais e espaciais, os movimentos locais – como o Mirindiba – não apenas se conectam em redes, mas reafirmam o lugar como trunfo político na reorganização societária frente à crise global.

Desde então, o Instituto Mirindiba consolidou-se como referência em práticas populares de enfrentamento à crise climática, com base em tecnologias sociais, pedagogias populares e estratégias de incidência política. A Formação de Lideranças pelo Clima² é uma de suas ações estruturantes, voltada à capacitação de moradores e lideranças comunitárias para a leitura



crítica do território e para a atuação política na agenda climática. Como analisado por Lubanco (2022), o fortalecimento da coletividade nos territórios marcados pela injustiça ambiental é uma forma de retomar o papel do lugar como um espaço de vida.

Como destaca Bringel (2007), os movimentos sociais latino-americanos passaram a enfrentar a lógica global do capital desde suas especificidades locais, organizando-se em redes sem perder de vista os vínculos territoriais. É esse enraizamento que confere densidade política às ações do Mirindiba.

A atuação do Mirindiba não se restringe ao campo da formação: ela inclui também denúncia e incidência política. Em 2023, o Instituto fortaleceu a campanha “Magé não é Lixeira”, onde denunciou, por meio de suas redes e em uma reportagem do RJTV (Rede Globo)³, a manutenção ilegal de um lixão⁴ a céu aberto na cidade, uma

prática que viola a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e a aprovação de uma lei municipal que permitia o recebimento de resíduos de outros municípios, sem consulta à população local. Além disso, o Instituto participou, junto a outros movimentos, de campanhas estaduais como a “Tá Vazando Gás”, cobrando a publicação do Inventário de Gases de Efeito Estufa, e a “RJ não é Disney”, que demandava a criação de um plano climático estadual para proteger as cidades fluminenses dos eventos extremos.

A luta contra o impacto ambiental gerado pela cadeia da indústria do petróleo se tornou parte da incidência política do Instituto Mirindiba junto ao GreenFaith Brasil, em especial pelo seu impacto no bairro Suruí, comunidade ribeirinha diretamente afetada pela contaminação gerada por combustíveis na Baía de Guanabara.

A atuação do Instituto Mirindiba explicita a centralidade dos movi-

mentos sociais na construção de alternativas frente à crise socioambiental. Conforme aponta Bringel (2007), os movimentos sociais latino-americanos vêm desafiando a lógica hegemônica do capital a partir da valorização do território e da ação coletiva enraizada no local. Isso exige reconhecer o lugar não como simples cenário, mas como dimensão ativa da vida social, um espaço de disputas, afetos e resistências, onde se constroem novas formas de existência e convivência (Benach et al., 2017). Em Magé, essa reconstrução do lugar se dá a partir da experiência vivida, das memórias compartilhadas e da organização popular, que transforma o abandono em ação e a dor em mobilização.

Portanto, o Instituto Mirindiba representa mais do que uma organização da sociedade civil: ele encarna um processo político-epistemológico de ressignificação do lugar a partir das margens, em que o território deixa de ser zona de sacrifício e se torna espaço de reconstrução coletiva. É nesse chão que insurgem as práticas que desafiam a colonialidade do saber e reivindicam o direito a existir com dignidade diante da crise climática. Como afirmam Jaumont e Varella (2016), a produção de conhecimento comprometida com a transformação social não se faz a partir do distanciamento, mas do envolvimento ativo com as lutas populares, e é exatamente isso que o Mirindiba tem feito e ensinado.

A crise climática não é apenas uma catástrofe ambiental, mas uma expressão das contradições estruturais de um sistema fundado sobre desigualdades históricas. Como mostram os dados acima citados acerca da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os desastres naturais incidem com mais violência sobre territórios que já enfrentam a precariedade urbana, o racismo ambiental e a ausência sistemática de políticas públicas. Nesse contexto, pensar justiça climática exige compreender o lugar como



espaço vivido e politizado, onde se articulam memórias, afetos e resistências (Benach et al., 2017).

A atuação do Instituto Mirindiba revela como a luta por justiça climática se materializa a partir do território e do lugar. Através de tecnologias sociais, incidência política e práticas educativas, o Instituto tem contribuído para a construção de um protagonismo comunitário enraizado na escuta e na ação coletiva. Como argumenta Bringel (2007), os movimentos sociais latino-americanos operam na intersecção entre o local e o global, sem abandonar a centralidade do território como espaço de disputa.

A produção de conhecimento comprometida com a transformação social revela-se fundamental para dar visibilidade às vozes e experiências frequentemente silenciadas pelas epistemologias hegemônicas. É nesse horizonte que se localizam as resistências, os saberes e as geografias insurgentes que emergem dos lugares, reivindicando não apenas o direito ao meio ambiente, mas o direito a existir plenamente.

Referências

- ACSERLALD, Henri et al. O que é justiça ambiental? Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BENACH, Núria et al. Justiça espacial e o direito à cidade. Organização de Ana Fani Alessandri Carlos, Glória Alves e Rafael Faleiros de Padua. São Paulo: Contexto, 2017.
- BRINGEL, Breno Marqués. O lugar nos movimentos sociais e o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 35-49, jan./jun. 2007.
- CASA FLUMINENSE. Guia para Justiça Climática: tecnologias sociais e ancestrais de enfrentamento ao racismo ambiental na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa Fluminense, 2023. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/atuacao/guia-para-justicia-climatica/>. Acesso em: 29 jun. 2025.
- CASA FLUMINENSE. Painel Climático: dados e informações sobre justiça climática na RMRJ. 2024. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/atuacao/painel-climatico/>. Acesso em: 29 jun. 2025.
- CASA FLUMINENSE. Perfis Municipais: Magé. 2024. Disponível em: <https://mailchi.mp/casafluminense/perfis-municipais-2024>. Acesso em: 29 jun. 2025.
- DUTRA, Andressa. Racismo ambiental: justiça climática é justiça racial. In: BELMONT, Mariana (org.). Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil. São Paulo: Oralituras, 2023.
- G1 RIO DE JANEIRO. Trem do ramal Guapimirim descarrila e tomba em Magé (RJ). G1, Rio de Janeiro, 20 fev. 2025. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/02/20/trem-do-ramal-guapimirim-descarrila-e-tomba-em-mage-rj.ghtml>. Acesso em: 29 jun. 2025.

- IPCC – PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Resumo para formuladores de políticas: Relatório especial sobre o aquecimento global de 1,5 °C. Genebra: IPCC, 2018. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/language-2/spanish/>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 414–464, 2016.
- LOUBACK, Andréia Coutinho (coord.). Quem precisa de justiça climática no Brasil? Brasília, DF: Gênero e Clima: Observatório do Clima, 2022. Disponível em: <https://generoeclima.oc.eco.br/lancamento-quem-precisa-de-justica-climatica-no-brasil/>. Acesso em: 29 jun. 2024.
- LUBANCO, Carla de Almeida. “Até o rio tá triste”: a interpretação da paisagem do Rio Suruí a partir de uma reconstituição histórica ambiental participativa. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia e Meio Ambiente) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

Carla de Almeida Lubanco - Gestora ambiental, especialista em Educação

e Divulgação Científica (IFRJ), mestre e doutoranda em Geografia e Meio Ambiente pela PUC-Rio. Cofundadora do Instituto Mirindiba de Ação Climática Popular, onde atua como Coordenadora Pedagógica e de Projetos. Possui atuação nas áreas de educação ambiental crítica, ecologia política, justiça ambiental e climática, com foco em movimentos sociais, comunidades tradicionais de pesca e bacias hidrográficas.

Coautores: Anderson Ribeiro - indígena guatú, advogado popular e defensor de direitos humanos. Especialista em Advocacia Criminal pela UERJ, **Andressa Dutra** - educadora popular junto às comunidades tradicionais e periféricas da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Coordenadora do Instituto Mirindiba de Ação Climática Popular, **Lyvia Leite** - educadora popular, cientista social, fotógrafa e artista multidisciplinar. Coordenadora de Comunicação e Cultura do Instituto Mirindiba e integrante da Rede de Defensores de Direitos Humanos e Promoção da Saúde/FIOCRUZ e **William Jefferson** - biólogo, educador

popular, militante antirracista e socioambiental. É formado pelo curso de políticas públicas da Casa Fluminense, coordenador de cultura e tecnologia no Coletivo Guarani, Coordenador de infraestrutura e tecnologia e dados no Instituto Mirindiba.

Notas de rodapé

1 - AGROECOTUR NOTÍCIAS. Jovens promovem o I Fórum Climático de Magé: evento é vanguarda na discussão do Clima na região. 29 jan. 2023. Disponível em: <https://11nq.com/Whla0>. Acesso em: 04 jul. 2025.

2 - CASA FLUMINENSE. Um olhar sobre a realidade climática de Magé. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/foma-um-olhar-sobre-a-realidade-climatica-de-mage-2/>. Acesso em: 04 jul. 2025.

3 - G1 RIO DE JANEIRO. Proposta polêmica e lei reacendem discussão sobre descarte de lixo em Magé. Vídeo, 20 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/rj1/video/proposta-polemica-e-lei-reacendem-discussao-sobre-descarte-de-lixo-em-mage-12042745.ghtml>. Acesso em: 04 jul. 2025.

4 - RIOONWATCH. Sem Transparência: Magé, na Baixada Fluminense, corre o risco de receber resíduos sólidos de grandes cidades da Região Metropolitana. RioOnWatch, s.d. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=71165>. Acesso em: 04 jul. 2025.

© Lyvia Leite



Caminhada Inter-religiosa por Justiça Climática no entorno do Rio Suruí, bairro Suruí, Magé-RJ (27/10/2024)

A EDUCAÇÃO POPULAR E OS CURSOS PRÉ- VESTIBULARES POPULARES: desafios atuais e resistências

Leci Carvalho



A Educação Popular, historicamente, foi compreendida como um espaço compensatório voltado àqueles que, por diversos motivos, não tinham acesso à escola formal. Essa visão, limitada e excludente, desconsiderava o potencial emancipatório da educação construída a partir da experiência concreta dos sujeitos. A partir da década de 1980, no entanto, a Educação Popular passou a adentrar os espaços da educação de jovens e adultos fora do sistema de ensino institucionalizado, ganhando força como parte integrante da educação formal pública e assumindo papel estratégico na luta por uma sociedade mais justa.

Fundamentada no pensamento de Paulo Freire, a Educação Popular propõe uma ruptura com a lógica bancária da educação tradicional, na qual o aluno é visto como uma folha em branco e o professor como mero transmissor de conteúdos fragmentados e descolados da realidade (Freire, 1987). Em oposição a esse modelo, a Educação Popular defende a construção coletiva do conhecimento, a valorização das experiências dos sujeitos e a articulação entre educação e transformação social.

Falar em Educação Popular, portanto, é falar da ação humana que, mesmo em disputa, se organiza por uma sociedade mais igualitária, ainda que inserida em um contexto de dominação do capitalismo neoliberal – um sistema que aprofunda desigualdades, promove sofrimento e desestrutura os vínculos sociais. Nesse cenário, a Educação Popular mantém-se fiel ao seu princípio de conscientização da realidade e compreensão crítica da ação no mundo.

É nesse contexto de retirada sistemática de direitos trabalhistas, ascensão de um conservadorismo político e moral, e de reformas educacionais que fragilizam o acesso à universidade que os cursos pré-vestibulares populares reassumem centralidade em um projeto contra-hegemônico de sociedade. Tais iniciativas, oriundas de movimentos sociais, coletivos e organizações populares, têm como principal objetivo garantir o acesso da juventude negra, periférica e pobre às universidades públicas, bem como incidir na luta pela qualidade da educação.

A crise estrutural do capital, aliada ao avanço de reformas neoliberais no Brasil, especialmente a partir do golpe institucional de 2016, impôs retro-

cessos profundos. A drástica diminuição do número de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nos últimos anos é sintomática de um projeto de Estado que reforça a condição periférica e dependente do país, concentrando ainda mais as fontes de riqueza e favorecendo os interesses do capital financeiro (Antunes, 2005). As reformas trabalhista e previdenciária, a imposição do teto de gastos e a redução dos investimentos federais em educação, somadas ao ataque sistemático às universidades públicas e à implementação do Novo Ensino Médio, retiraram de grande parte da juventude brasileira a possibilidade de sonhar com uma formação superior.

Os efeitos dessas políticas são sentidos diretamente nos cursos pré-vestibulares populares, que enfrentam desafios significativos não apenas para atrair estudantes, mas também para garantir sua permanência nos projetos. Faltam políticas públicas que assegurem transporte, alimentação e materiais didáticos. Muitos cursos funcionam com lanches coletivos dependentes de doações; quando estas não chegam, a alimentação torna-se inviável. Soma-se a isso a defasagem educacional provocada pelo Novo Ensino Médio, que tem dificulta-



do o acompanhamento das disciplinas exigidas nos processos seletivos para o ensino superior.

A luta pela permanência nos cursos populares não pode ser dissociada do debate sobre políticas públicas de educação popular. A ausência de garantias mínimas impede que jovens, especialmente das periferias urbanas, consigam se preparar adequadamente para os vestibulares e o ENEM. Trata-se de uma violação do direito à educação, que acentua ainda mais a exclusão social.

A Educação Popular pretende ser uma retotalização de todo o projeto educativo, de um ponto de vista popular (Brandão, 2002, p. 42). Deste ponto de vista, não é apenas um método, mas uma opção político-pedagógica que valoriza o saber popular e o protagonismo dos sujeitos na construção do conhecimento. Nesse sentido, os pré-vestibulares populares são espaços de resistência pedagógica e política, onde a juventude tem a oportunidade de se reconhecer como sujeito histórico e lutar por seu direito à universidade. São, portanto, experiências que tensionam a lógica neoliberal que transforma a educação em mercadoria e o estudante em consumidor.

Para a esquerda brasileira, é urgente retomar com vigor o debate sobre a Educação Popular, compreendendo-a como campo estratégico de disputa e de formação de consciência crítica. Como aponta Arroyo (2006), a educação tem sido capturada pelas lógicas do mercado. Mas a Educação Popular, por não ter sido completamente colonizada por esse modelo, ainda mantém viva a chama da resistência e da participação popular como eixo metodológico.

A construção coletiva do saber, a valorização dos territórios e das histórias de vida, o fortalecimento da identidade e da cultura popular são elementos centrais da proposta freireana, que resiste a modelos tecnicistas e performáticos. É preciso, portanto, afirmar os cursos populares como trincheiras de luta por um outro projeto de educação – pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada.

Em síntese, a Educação Popular e os pré-vestibulares populares enfrentam, hoje, enormes desafios para se manterem vivos e ativos. No entanto, é precisamente nessas experiências que pulsa a esperança concreta de um outro mundo possível. A juventude

das periferias, ao ocupar esses espaços e disputar o direito ao conhecimento, constrói cotidianamente uma prática educativa libertadora, que ousa transformar o presente e projetar um futuro com dignidade, justiça social e emancipação humana.

Referências

- ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 34.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 101.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação Popular*. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002, p. 19. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/2017/03/o_que_ed_popular.pdf&ved=2ahUKEwia3_yZqL2OAxXnAlkGHXhuB-8QQFnoECCMQAQ&usg=AOvVaw2cR6VQ72Z-zwiteK_-ZVwKM
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 66. Disponível em: https://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf

Leci Carvalho Professora da Rede Pública, militante da Educação Popular e feminista; coordenadora do Pré-ENEM AGITA. Formada em Pedagogia pela UFF e mestranda em Educação pela UERJ. Tesoureira do DM PSOL Nova Iguaçu.

A CULTURA URBANA E A JUVENTUDE NO DEBATE POLÍTICO

Lalilh Branco



Nosso aquilombamento nos dias de hoje se dá pela união ancestral de nossas vivências, pelo resgate dos saberes populares de uma forma pluriversal, ou seja, mostrando suas inúmeras possibilidades filosóficas e visões de mundo para que possamos avançar na luta antirracista, principalmente na esfera educacional. Mas para entendermos os dias de hoje se faz urgente compreender o passado, tão atual quanto capaz de nos ensinar sobre os movimentos cotidianos, sejam eles educacionais ou culturais.

As conexões entre os povos indígenas e os povos africanos se encontram e confluem não só pela ancestralidade, mas também pela compreensão de um tempo não linear, que corre em espiral. São povos que resistem todos os dias a inúmeras tentativas de seu apagamento histórico. Segundo Leda Maria Martins, em seu livro *Performances do tempo espiralar*, “dançar, para muitas culturas originárias, significa também incorporar, trazer de volta, repetir, atualizar memórias, culturas, no movimento do corpo em tempo espiralar: ‘um tempo que não elide as cronologias, mas que as subverte’”.

A ancestralidade vem como um tempo atemporal, curvo, cheio de particularidades complexas, pois o termo curvo segue o mesmo fluxo de

ser anacrônico, de instâncias, que são presente e, ao mesmo tempo, futuro. É compreender a importância de os povos africanos e indígenas contarem suas histórias através da oralidade e da oralitura, com suas performances corporais, suas danças, ritos, sonoridades, gestos, cânticos, saberes, vivências, adereços, vestimentas, expressões de suas culturas. É pensando nas tradições que nos foram negadas que recordamos quando Nêgo Bispo fala em seus textos sobre o termo transfluência, se referindo a compreensões negras forjadas para atravessar os efeitos da colonização, nos fazendo entender que existem cosmologias parecidas entre esses povos que foram essenciais para o processo de resistência contra a colonização.

É necessário pensar na confluência de saberes através da resistência dos movimentos culturais, como o Hip Hop e a cultura urbana. Movimento esse que completou 50 anos em 2023, e nessas décadas vem salvando vidas e formando culturalmente, e também politicamente, jovens pelo mundo todo através dos seus elementos como DJ, MC, o Break e o grafite.

As batalhas de rimas e os *slams* vêm se expandindo nos últimos anos e têm sido um dos maiores redutos da juventude preta ocupando os espaços públicos de forma pacífica. São espaços que denunciam as opressões de um

sistema racista que massacra, mata e exclui esses corpos. Por isso, já estão também na mira da opressão policial, assim como os bailes de rua nas favelas. Nessas rodas não só é feito o debate da conjuntura através das rimas, como eles também são uma forma de impulsionar essa juventude a viver seus sonhos artísticos como profissão. E é preciso que estejamos lá, presentes com nossa perspectiva crítica, apontando um futuro diferente daquele imposto pelo sistema capitalista. No mesmo sentido, as “rodas de dança” mais conhecidas como “cyphers”, que reúnem dançarinos e dançarinas das mais diversas modalidades da cultura urbana, utilizando o corpo como forma de linguagem e intervenção.

Toda cultura marginalizada que foi perseguida e nasce nas ruas ocupa o grande papel de liberdade de expressão e diálogo direto com aqueles e aquelas que não se veem acolhidos nos espaços políticos. Nosso papel enquanto militantes e artistas é garantir que esses movimentos culturais se fortaleçam nos territórios que construímos, para que façamos um debate qualitativo sobre a conjuntura do território ou até mesmo nacional, utilizando da cultura como essa grande ferramenta política que nos permite acessar lugares onde a política partidária não chega.

Aqui na Baixada Fluminense temos um movimento muito forte das Rodas



Culturais. Mais especificamente em Belford Roxo, no ano de 2017, chegamos a ser quase 20 rodas espalhadas pela cidade, rodas essas que foram deixando de acontecer por falta de estrutura e incentivo do poder público, o que impactou de forma drástica alguns jovens que construíam seus sonhos e debates políticos através da arte.

Hoje, esse movimento retoma com um número muito menor, porém, com uma força subversiva e revolucionária nas suas entrelinhas, pois lidar com a conjuntura na qual nós artistas da periferia estamos imersos é um tanto desgastante e opressor, uma vez que a falta de valorização torna cada vez mais inviável seguir; mas a necessidade de movimentar o debate, a oralidade e todas as linguagens corporais é urgente!

Por isso, nós da Rede Emancipa Belford Roxo, que somos um Movimento Social de Educação Popular com o intuito de fortalecer a nossa juventude periférica para que ocupe a Universidade Pública, chegamos à real conclusão de que a educação e a cultura caminham entrelaçadas e uma abre caminho para a outra. Assim, criamos a Roda Cultural da Caramuru, onde, meses antes, começamos um trabalho no próprio cursinho com os alunos. Escolhendo, então, um tema para a Roda Cultural a fim de que através dele se promova a Batalha do Conhe-

cimento e as apresentações da noite; e é exatamente nesse cenário que vemos o debate político acontecer de forma crítica e cirúrgica, com uma base musical de fundo e uma juventude atenta, disposta, criativa e revolucionária através de suas rimas.

Que possamos, de fato, ver política em espaços mais diversos, para além dos convencionais, pensando assim em políticas públicas para a categoria artística, entendendo que a periferia é o centro do debate e de construções desafiadoras!

Que a rua siga nos formando como pessoas críticas, questionadoras, emancipadas e artísticas, para que sigamos a cada dia combatendo todas as formas de opressão, resistindo para nos manter de pé, mas também apontando um caminho diferente do capitalismo que nos oprime, entendendo o nosso aquilombamento como o embrião de uma revolução que coloque a periferia no centro do poder e da gestão das nossas cidades, da sociedade, com um horizonte socialista.

Lali Branco *Estudante de Licenciatura em Dança pela UFRJ, coordenadora da Rede Emancipa e do Núcleo de Dança do Centro Cultural Donana, organizadora da Roda Cultural da Caramuru, passista e militante do Movimento Esquerda Socialista.*



Nico, uma história da Baixada

O jovem Nico Calabrese foi um dos integrantes da delegação brasileira da Global Sumud Flotilha, que foi interceptada ilegalmente em águas internacionais por Israel durante missão de ajuda humanitária e pacífica aos palestinos de Gaza.

Nico é coordenador da Rede Emancipa, movimento social de educação popular, e membro do Diretório Municipal do PSOL Belford Roxo.

Solidariedade internacional ativa por uma Palestina livre!!!

MEMÓRIA VIVA NO CINECLUBE MATE COM ANGU: uma sessão sobre passado, presente e pertencimento

William Neto



N Na noite do dia 6 de junho, entre conversas animadas e reencontros calorosos, o Gomeia Galpão Criativo, em Duque de Caxias, foi palco da Sessão Memória Viva do Cineclube Mate com Angu. E não foi uma noite qualquer – foi daquelas que marcam, que atravessam. Para mim, particularmente, foi também um reencontro com a minha própria história.

Cheguei cedo, como sempre gosto de fazer nas sessões do Mate, porque o filme começa antes do projetor acender: começa nas conversas, nos abraços, nos reencontros entre pessoas que, de alguma forma, dividem uma mesma vida na cidade. A sessão estava marcada para as 20h, mas o tempo ali corre em outro ritmo – no ritmo das trocas, dos afetos, das histórias.

A abertura foi feita por Heraldo HB, um dos fundadores do cineclube, figura histórica da cultura e do movimento cineclubista na cidade. Ele apresentou a proposta da sessão e chamou ao centro os realizadores dos três curtas que seriam exibidos: *Bomba Bakuro*, de Nielson Bezerra; *Tem um quilombo no quintal de casa*, de Rute Sant’anna; e *Memória*, de Emanuel Sant. Todos filmados na Baixada Fluminense. Todos com sangue, suor e imaginação locais. Todos com a cidade como cenário e personagem.

Bomba Bakuro, o primeiro da noite, foi também o que mais me tocou. Dirigido pelo professor Nielson Bezerra, o filme traz à tona o Quilombo do Bomba. Mais do que um resgate histórico, o curta lança uma pergunta afiada: qual o nome que você daria para uma cidade negra? Duque de

Caxias, nome de um militar do Império responsável por massacres contra negros e indígenas, ainda batiza a cidade onde vivemos e lutamos. A pergunta não é nova nos movimentos sociais daqui, mas vê-la lançada na tela grande, em imagens que mostram o centro da cidade, o rio, o chão que a gente pisa, tem um peso que reverbera. A recepção do público deixou isso claro.

Em seguida, veio *Tem um quilombo no quintal de casa*, de Rute Sant’anna. Rute retrata o Quilombo de Bongaba como um corpo vivo, resistente, presente. Eu conhecia o lugar, mas não conhecia os rostos, as vozes, as histórias. O filme me mostrou o que estava ali o tempo todo, e que eu ainda não tinha enxergado por completo: a força do cotidiano, da vida, das falas. Um retrato de continuidade, de negação da lógica

colonial que insiste em nos apagar.

O último filme, *Memória*, de Emanuel Sant, também me pegou fundo. Com cenas filmadas no centro de Caxias – no viaduto, nas ruas que fazem parte do meu dia a dia –, o curta trouxe uma frase que ecoa até agora: “*História é filme, não é foto.*” Não é só uma boa frase. É um resumo de tudo que a sessão representou: uma convocação a lembrar ativamente. A memória como movimento, não como registro congelado. Me vi muito nesse filme – me vi adolescente, saindo da escola, andando por essas ruas, tentando entender meu lugar no mundo; me vi hoje, mais de dez anos depois, percebendo que algumas lutas mudaram, outras continuam, e que há beleza em olhar para trás sem nostalgia, mas com compromisso.

O fio que uniu os três filmes foi a cidade. Duque de Caxias como cenário, como personagem, como enigma. Os três filmes mostraram ruas, símbolos, pessoas que fazem parte da nossa paisagem emocional. A estátua de Zumbi, o grafite na parede, o rio que corta a cidade. Tudo isso é nossa memória viva.

Com todo o carinho que o coração permite, gostaria de encerrar saudando e agradecendo ao Mate – como os íntimos chamam o Cineclube Mate com Angu. Esse espaço é, sem dúvida, um patrimônio da cultura de Duque de Caxias. É ali que se encontra o pulsar coletivo de produtores, espectadores, moradores da Baixada e todos os sonhadores que acreditam no poder transformador do cinema.

Vida longa ao Mate, e que siga sendo esse lugar onde a memória é viva, e o sonho, coletivo.

(*) William Neto - Programador e comunicador, atua nas lutas sociais de Duque de Caxias desde 2013. Militante do PSOL, esteve presente em mobilizações estudantis, nas jornadas de 2013 e nas campanhas construídas pelo partido na cidade desde então.

© William Neto

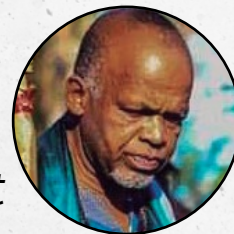


© William Neto



O CANTO DO REI BALTAZAR NA BAIXADA FLUMINENSE “O PATRIMONIALIZAR”

Macedo Griot



A Baixada Fluminense
Do Rio pé da Serra
Tem uma linda história
Boa de se contar
Tanto que dos 3 Reis Magos
Só eu que tive agenda
Tenha fé compreenda
O Patrimonializar

Meu nome é Baltazar
Já fui Rei, sou cantador
O Mouro, o AFRICANO
Que também viu o Senhor
E na folia de Reis
Sou o palhaço da vez
Que na hora de cantar
Encanta o encantador
Por isso, gente decente,
A Baixada Fluminense
É o tema recorrente
O patrimônio, o valor
Que a gente aprende a dar
Se a história apontar
A direção desse amor

De Marapicu à Pacobaíba
Do Rio Pavuna a Guapimirim
Porque os 3 Reis viram a estrela
Mas ela sorriu pra mim
Pra eu cantar no compasso
Cada marca, cada passo
Que no tempo e no espaço
Registrou que foi assim

E hoje nossa memória
O patrimônio, a história
Ressurgem na sua glória
Para nunca mais ter fim

Tem fazenda, tem engenho
Tem rio e cachoeira
Tem serra e pirambeira
Cachaça boa é da cana
Anarriê, “Olha a cobra”
A cultura não te engana
O Clóvis é tão bacana
Comida, então, nem se fala
Se o Angu à Baiana
É coisa de Carioca
Candomblé é tradição
Tem história na Baixada
Então, se tombar igreja

Ou mesmo a Sinagoga
Contrariando o que voga
Tomara que a gente veja
O tombamento do axé
Que um monumento é
De resistência e de fé
De um povo que peleja

O paraíso é aqui
Éden é Meriti
E Belém é Japeri
Jacutingas e tupis
Nessa Folia de Reis
Onde o tambor sempre dobra
Em memória aos Sambaquis
Patrimonializados
Preservados “procês”!



Literatura



A Baixada Fluminense e suas
cidades: uma contribuição
para a pesquisa e o ensino de
história da região • Editora Fi

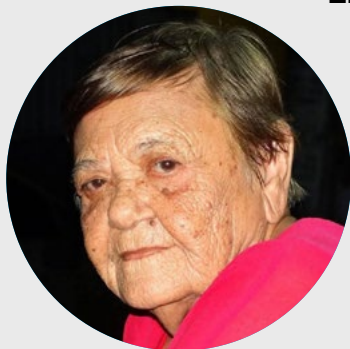
Acesso Aberto:

[https://share.google/
XxKNYRVfj76buFyzQ](https://share.google/XxKNYRVfj76buFyzQ)



© Cezar Ray

LIRIAN TABOSA, PRESENTE!!!



Mulher, nordestina, poeta maior, comunista.

Lutou contra a ditadura implantada em 1964, foi perseguida, presa e torturada.

No exílio, conheceu Pablo Neruda e Che Guevara!

Lírian nasceu em Limoeiro do Norte, no interior do Ceará, em 5 de abril de 1932. Fincou raízes na Baixada no bairro de Cabuçu, em Nova Iguaçu, onde viveu as últimas décadas de sua vida, e consolidou-se como símbolo cultural.

Foi homenageada como enredo pela Escola de Samba Império do Cabuçu, e tem uma biblioteca com o seu nome no Colégio Estadual Profª Venina Correia Torres.

CADERNO DA Volume 2 BAIXADA FLUMINENSE



FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO
PSol

ISBN: 978-85-61475-08-6

CSL



9 788561 475086